



**MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E
ABASTECIMENTO**

*Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e
Abastecimento no Esp. Santo – SFA-ES*



RELATORIO DE GESTÃO DO EXERCICIO DE 2009

Relatório de Gestão, apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

MARÇO/2010

Apresentação

O presente Relatório foi elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativa TCU nº57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009, que visa mostrar de forma clara os resultados da Gestão da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo – SFA-ES no exercício de 2009, focados nos programas de governo definidos pelo PPA 2008-2011, de responsabilidade do MAPA, cujas ações são executadas por esta Unidade, as quais contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos que traduzem a estratégia do MAPA para atingir sua Visão de Futuro.

Alguns itens não foram contemplados em razão das peculiaridades e por não se enquadrarem a realidade desta Unidade, são eles:

A – Conteúdo Geral - Informações Gerais Sobre a Gestão: - Itens 7;8; 9;10

B – Informações Contábeis da Gestão - Itens 2,3,4 e 5

C1 – Quadros para Detalhamento de Informações da Parte “C” do anexo II
Quadros II.C.7 a II.C.15

Os demais itens foram contemplados obedecendo as normas que norteiam a elaboração do presente Relatório.

Os programas de governo suas ações constantes do PPA 2008-2011, bem como os indicadores destas ações, foram relacionados e ainda como o desempenho financeiro, constante do **Anexo I** deste Relatório.

Ressaltamos que os indicadores de Programas não foram contemplados neste Relatório, em razão da gestão destes, ser a nível de Secretarias do MAPA, não sendo responsabilidade desta Unidade a avaliação dos mesmos, compete a SFA-ES apenas definir e acompanhar os indicadores das ações.

Os resultados aqui apresentados são frutos de um trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas e administrativa da Unidade que não mediram esforços para o atingimento das metas propostas.

SUMÁRIO

Descrição	Página
Apresentação	01
Sumário	02
Lista de Abreviações e Siglas	03
1 - Identificação da Unidade	04
2 - Objetivos e Metas Institucionais	05
2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade	07
2.1.1 – Competência Institucional	07
2.1.2 – Objetivos Estratégicos	07
2.1.2.1 – Missão e Visão de Futuro	08
2.2 - Estratégias de atuação frente as responsabilidades institucionais	08
2.3 - Relações dos Programas e Ações	<u>10</u>
2.4 - Desempenho Operacional	<u>54</u>
2.4.1 - Programação Orçamentária	<u>54</u>
2.4.2 - Execução Orçamentária	<u>56</u>
2.4.3 - Evolução dos Gastos Gerais	<u>58</u>
2.4.4 - Execução Física e Financeira das ações realizadas	<u>60</u>
2.4.5 - Indicadores de Desempenho das Ações	<u>62</u>
3 - Informações sobre a composição de Recursos Humanos	<u>77</u>
4 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de Créditos	<u>80</u>
5 - Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	<u>80</u>
6 - Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	<u>80</u>
7 - Previdência Complementar Patrocinada	<u>80</u>
8 - Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com rec.externos	<u>80</u>
9 - Renúncia Tributária	<u>81</u>
10 - Operações de Fundos	<u>81</u>
11 A - Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	<u>81</u>
11 B - Determinações e recomendações do TCU	<u>82</u>
12 - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.	<u>84</u>
13 - Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	<u>85</u>
14 - Outras Informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.	<u>87</u>
15 - Informações Contábeis da Gestão	<u>87</u>
16 - Conteúdos específicos por unidade	<u>89</u>
17 - Anexos	<u>90</u>

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAPRODUTOR – Apoio ao Pequeno e Meio Produtor Agropecuário
ADMSEDE – Administração Sede
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica
APOIOAGRIC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
APOIOPEC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
CAPACITA – Capacitação de Servidores
CERTORGAN – Certificação de Produtos Orgânicos
DESENORG - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pro Orgânico
DT – Divisão Técnicas
FEBREAFTOS - Erradicação da Febre Aftosa
FICONTRATO – Fiscalização de Contratos de Repasses
FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos Afins
FISCAGRIC – Fiscalização de Serviços Agrícolas
FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudanças
FISCANIMAL – Fiscalização Internacional de Animais
FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal
FISCINAN – Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal
FISCORGEN – Fiscalização da Atividade com Organismos Geneticamente Modificados
FISCPLANTA – Fiscalização Internacional de Plantas
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISPROVET – Fiscalização de Produtos Veterinários
GAPSDC – Gestão e Administração de Programas Secretaria Desenvolvimento Cooperativismo
INATPEN – Inativos e Pensionistas
INDIGRAF - Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG
INOVAGRO - Fomento a Inovação no Agronegócio
INSPANIMAL – Inspeção de Produtos de Origem Animal
IPVEGETAL – Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
MANUTSFA – Manutenção da Superintendência Federal de Agricultura
PADCLASSIF – Padronização e Classificação Vegetal
PCEANIMAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Dos Animais
PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PROFENAC - Promoção e Participação em Exposições e Feiras Agropecuárias
RASTREAB – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
RESIDUO - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal E Animal
SAD – Serviço de Apoio Administrativo
SAG – Setor de Atividades Gerais
SEDESA – Serviço de Defesa Sanitária
SEFAG – Serviço de Fiscalização Agropecuária
SEOF – Seção de Orçamento e Finanças
SEPDAG – Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário
SFA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo
SIPAG – Serviço de Inspeção Agropecuária
SRH – Seção de Recursos Humanos
VIGIAGRO – Vigilância Agropecuária Internacional
VIGIFITO - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais

1. IDENTIFICACAO DA UNIDADE

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pec. Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Denominação abreviada: SFA-ES			
Código SIORG: 14	Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130060
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Regulamentação e fiscalização das questões econômicas na agricultura; federal, estadual, municipal			Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(27) 3137-2742	(27) 3137-2700	(27) 3137-2719
Endereço eletrônico: agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº. 495 – Edifício Centro Empresarial Enseada, 8º Enseada do Sua – Cep.: 29050-420 - Vitória/ES			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº. 1784 de 11/01/96 (D.O.U. de 12/01/96)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, instituído pela Portaria nº. 576 de 08/12/98 (D.O.U. de 29/12/98), alterado pelo Decreto nº. 5.351 de 21/01/05 (D.O.U. de 24/01/05); e Portaria MAPA nº 300, de 16/06/05 (D.O.U. de 20/06/05).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A informação será fornecida pela Unidade Orçamentária			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada - NÃO SE APLICA			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

1.a - Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22101	130101 130002 130007 420013

2 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMATICOS

Em 2009 a Unidade, desenvolveu suas ações voltadas para a implementação de 09 (nove) programas finalísticos, que resultaram em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade, contendo 30 (trinta) ações e 01(um) programa de apoio administrativo que congrega despesas exclusivamente administrativas. Estes programas são definidos dentro do Plano Pluri Anual – PPA 2008-2011, voltados para o fortalecimento do agronegócio no país. As ações do PPA estão desdobradas em Planos Internos (PI's) que são executados por meio de atividades específicas, para as quais foram estabelecidas metas para o exercício, cujo desempenho das ações da SFA está detalhado mais adiante neste relatório, são eles:

Item	PROGRAMA/AÇÃO	NOME	PI
1	PROGRAMA 0356	QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS	
1.1	AÇÃO 8938	INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.	INSPANIMAL
1.2	AÇÃO 4723	CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL	RESIDUO
1.3	AÇÃO 4746	PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS.	PADCLASSIF
1.4	AÇÃO 8939	INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	IPVEGETAL
2	PROGRAMA 0357	SEGURANÇA NA SANIDADE AGROPECUÁRIA	
2.1	AÇÃO 2139	VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS SEUS PRODUTOS E INSUMOS.	
2.2	AÇÃO 4842	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	FEBREAFTOS
2.3	AÇÃO 8658	PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DOS ANIMAIS	PCANIMAL
2.4	AÇÃO 8572	PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS	PCVEGETAL
2.5	AÇÃO 2134	VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS	VIGIFITO
2.6	AÇÃO 2180	VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS SEUS PRODUTOS E INSUMOS.	FISCPLANTA
2.7	AÇÃO 2181	VIGILANCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRANSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS.	FISCANIMAL
3	PROGRAMA 0375	QUALIDADE DE INSUMOS E SERV. AGROPECUÁRIOS	

3.1	AÇÃO 2179	FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS - FISCALSEM	FISCALSEM
3.2	AÇÃO 2019	FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL	FISCGENE
3.3	AÇÃO 2124	FISCAL. INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL	FISCINAN
3.4	Ação 2909	FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO	FISPROVET
3.5	AÇÃO 2140	FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS	FISAGROTOX
3.6	AÇÃO 0103	FISCALIZ. ATIVIDADES DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA	FISCAGRIC
3.7	AÇÃO 2141	FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTE , CORRETIVOS E INOCULANTES	FISFECOI
4	PROGRAMA 0393	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	
4.1	AÇÃO 2B47	FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	INDIGRAF
5	PROGRAMA 6003	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	
5.1	AÇÃO 7H17	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	APOIOPEC
5.2	AÇÃO 2B17	FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE	FISCONTRATOS
6	PROGRAMA 1442	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO AGRONEGOCIO	
6.1	AÇÃO 4720 -	APLICACAO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGANICA	
6.2	AÇÃO 8560	FOMENTO A INOVACAO NO AGRONEGOCIO	INOVAGRO
6.3	AÇÃO 8591	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRICOLAS	APPRODUTOR
6.4	AÇÃO 8598	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUARIAS	
6.5	AÇÃO 8606	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO	DESENORG
7	PROGRAMA 0350	DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	
7.1	AÇÃO 2825	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA - CONSERVAÇÃO DOS ESTOQUES REGULADORES DE CAFÉ	
7.2	AÇÃO 8592	DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE AGROALIMENTAR	RASTREAB
8	PROGRAMA 2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	
8.1	Ação 2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	MANUTSFA

Fonte: SIAFI/PPA 2008-2011

2.1 – RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1 Competência institucional

- I - de atividades e projetos de defesa, inspeção, fiscalização e de fomento agropecuário e da heveicultura, assistência técnica e extensão rural, infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural, produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, açúcar e álcool;
- II - de atividades relacionadas com a administração de recursos humanos e de serviços gerais;
- III - da programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados e ;
- IV - das ações voltadas para a qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários.

Parágrafo único: As Superintendências têm jurisdição no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural mediante ato do Ministro de Estado.

2.1.2 Objetivos Estratégicos –

Os objetivos Estratégicos foram definidos e alinhados à **Missão e Visão de Futuro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** - MAPA, indicando como pretende sair da situação atual para a situação desejada no futuro, conforme colocado na Visão da instituição.

Os títulos e as descrições dos objetivos estratégicos são apresentados a seguir:

- **PERSPECTIVA DA SOCIEDADE**
 - ✓ Aumentar a produção de produtos Agropecuários Não Alimentares e Não Energéticos;
 - ✓ Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio;
 - ✓ Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética;
 - ✓ Garantir a Segurança Alimentar;
- **PERSPECTIVA DO AGRONEGOCIO E PARCEIROS**
 - ✓ Ser Referência em informações estratégicas para o agronegócio;
 - ✓ Ser excelente na implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio;
 - ✓ Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio;
- **PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS**
 - ❖ **INFORMAÇÃO**
 - ✓ Melhorar a Qualidade e o acesso às informações para o Agronegócio;
 - ✓ Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio;
 - ✓ Ampliar a oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação;
 - ❖ **PRODUTOS E SERVIÇOS**
 - ✓ Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio;
 - ✓ Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos;
 - ✓ Desenvolver e Garantir o acesso a Tecnologia;
 - ✓ Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária;
 - ❖ **ARTICULAÇÃO E PROMOÇÃO**

- ✓ Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA;
- ✓ Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA;
- ✓ Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas;
- **EXCELENCIA ADMINISTRATIVA**
 - ✓ Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA;
 - ✓ Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira;
 - ✓ Melhorar Continuamente a Infra estrutura e os Processos de Trabalho;
- **PERSPECTIVA DE PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO**
 - ✓ **INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO**
 - ✓ Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento
 - ❖ **AMBIENTE DE TRABALHO**
 - ✓ Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em equipes Interdisciplinares;
 - ✓ Desenvolver cultura orientada a resultados;
 - ✓ Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz
 - ❖ **PESSOAS**
 - ✓ Desenvolver e Reter Competência do Corpo Funcional

2.1.2.1 – Missão e Visão de Futuro

Missão

“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.”

Visão de Futuro

“Ser Reconhecido pela qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

2.2 – ESTRATEGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1 Análise do mapa/plano estratégico da Unidade

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo – SFA/MAPA-ES estabeleceu, para o exercício de 2009, o seu Plano Estratégico, através de reuniões do Superintendente com as chefias técnicas e administrativas. As alternativas de atuação foram estabelecidas após análise da força de trabalho, da demanda externa por serviços, das diretrizes e metas estabelecidas pelos órgãos centrais do MAPA, pela legislação pertinente às ações do MAPA e pelas tendências de crescimento do agronegócio e do mercado. A estratégia para a atuação na inspeção animal levou em consideração, como fator preponderante, a insuficiência numérica da força de trabalho, e, ainda, a demanda por serviços e a legislação federal, que estabelece a execução direta para a inspeção de produtos de origem animal destinados ao mercado interestadual e internacional. Optou-se por motivar as empresas a buscarem a celebração de convênios com Prefeituras Municipais, a fim de que fossem disponibilizados Médicos Veterinários para completar a equipe de inspeção disponibilizada pela Superintendência, até que ocorra, pelo MAPA, a satisfação da demanda de Fiscais Federais Agropecuários – Médicos Veterinários. Estabeleceu-se, como estratégia para a segurança alimentar, que a análise microbiológica de amostras de produtos de origem animal fosse

realizada no âmbito do Estado, mediante credenciamento de laboratórios. E, para tal, encontra-se em tramitação no MAPA processo de credenciamento de 01 (um) laboratório, que possibilitará o atendimento da demanda de toda a área animal. Ressalte-se que a realização de blitz na divisa com o Estado da Bahia, em parceria com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF e com a Polícia Rodoviária Federal, objetivando restringir o trânsito interestadual de produtos de origem animal não conformes, apresentou resultados positivos, relativamente ao controle do trânsito interestadual de produtos agropecuários. As demais ações foram executadas de forma direta pela equipe da SFA/MAPA-ES.

A atuação na inspeção vegetal ficou estabelecida como de responsabilidade direta da equipe da Superintendência, compreendendo a inspeção de bebidas e vinagres e a classificação vegetal, esta, mediante a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio operacional à classificação, embora se ressentindo, também, da existência de laboratório, no Estado, que viabilize a rápida análise das amostras fiscais.

Para a saúde animal e a sanidade vegetal, compreendendo diversos programas nacionais, a estratégia de atuação foi definida contemplando a execução direta e a parceria com o IDAF, para execução das ações delegáveis, com metas perfeitamente definidas para cada órgão e que se complementam, sempre alinhadas à legislação federal, tornando o resultado bastante significativo. O Espírito Santo, nacionalmente, possui status de área livre de febre aftosa com vacinação e já possui propriedade livre de brucelose e tuberculose. Atualmente, a sanidade avícola está a merecer maior atenção em razão de sua classificação com status sanitário “D”. Embora, as ações referentes à sanidade avícola sejam de responsabilidade do órgão de defesa estadual, a estratégia estabelecida contempla ações integradas e a celebração de convênio para toda a área da saúde animal e da sanidade vegetal. Merece destaque as ações de educação sanitária voltadas para a veiculação de informações para agricultores, pecuaristas, produtores em geral e para crianças em idade escolar.

Cabe destacar a estratégia de atuação no sistema de rastreabilidade de bovinos e bubalinos, com a parceria estabelecida com o IDAF, que proporcionou atendimento integral à demanda de serviços.

Na fiscalização de insumos agrícolas e pecuários, a estratégia de atuação estabelece, até mesmo por força da legislação vigente, que a fiscalização das indústrias/fabricantes seja feita de forma direta pela Superintendência. E a execução é desenvolvida mensalmente, em razão das metas estabelecidas, através de fiscalizações em produtores e comerciantes. No caso da fiscalização do comércio, que poderia ser executada pelo órgão estadual de defesa, as ações são executadas, também, de forma direta, vez que o Estado comunicou a impossibilidade, no momento, de assumir a realização destas fiscalizações.

No tocante à política e desenvolvimento agropecuário, a estratégia de atuação foi definida pela execução totalmente de forma direta. Assim, a análise e a aprovação de planos de trabalho para repasse de recursos, referentes a emendas parlamentares, bem como a fiscalização dos contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal, são feitas de forma direta. As ações de promoção e incentivo à produção orgânica e à identificação geográfica de produtos agropecuários também são executadas pela Superintendência, mediante a realização de reuniões e palestras.

A vigilância agropecuária internacional, por força de legislação federal, é indelegável, tendo, portanto, a sua estratégia de atuação contemplado somente ações diretas nos pontos de ingresso e de egresso de produtos agropecuários no Estado.

A avaliação da validade das estratégias estabelecidas e dos resultados alcançados é feita mensalmente, mediante reuniões da diretoria deste órgão e das chefias técnicas, corrigindo rumos, redimensionando metas e reprogramando ações ligadas às prioridades do órgão. No caso, a segurança alimentar, a saúde animal e o trânsito internacional. Situações de emergência sanitária, que possam vir a ocorrer no Estado, possuem estratégia definida e pessoal treinado para ações preventivas e para o controle e erradicação de focos de doença ou de pragas. O relacionamento da Superintendência com os órgãos estaduais ligados à agropecuária e com as

representações de produtores, industriais, importadores, exportadores e órgãos de vigilância agropecuária e defesa do consumidor é excelente, sendo responsável, este relacionamento, por viabilizar ações conjuntas eficazes, voltadas para a superação de questões que coloquem em risco a saúde animal, a sanidade vegetal e a segurança alimentar.

As estratégias de atuação estabelecidas foram exitosas, apesar das precárias instalações deste órgão, da insuficiência numérica da força de trabalho, da intempestiva alocação de recursos, sem a observância de Plano de Trabalho Anual, previamente elaborado pelos Serviços Técnicos. O crescimento significativo do agronegócio no Espírito Santo tem motivado o estabelecimento de estratégias para o atendimento eficaz da demanda, priorizando ações, em face das limitações existentes. A peculiaridade e a complexidade das ações afetas ao MAPA exigem atuação rápida, segura e eficaz, principalmente quando se referem ao trânsito internacional, em face do custo da retenção de um navio no porto, e à liberação de um produto para o consumo humano.

No ano de 2009, não houve qualquer medida adotada como exceção a normas e regras da administração, não tendo havido uso inadequado de cartões de pagamento e nem gastos em regime emergencial. As viagens com início aos domingos somente foram autorizadas quando o início da reunião, que motivou o deslocamento, acontecia nas primeiras horas da segunda-feira.

2.3 - PROGRAMA E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.

2.3.1 – Relação dos Programas e suas principais ações

2.3.1.1 – PROGRAMA 0356 - QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS

Tabela 1 – Dados Gerais do programa

Tipo de programa	Finalísticos
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivo Específico	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Gerente do Programa	PEDRO HENRIQUE SALGADO BUENO
Responsável pelo Programa no âmbito da SFA-ES	EMILIANO PEDROZO
Indicadores ou parâmetros utilizados	▪ Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal.
Público Alvo	Produtores, Indústrias, armazenistas, estabelecimentos comerciais, consumidor final.

2.3.1.1.1 - Ação 8938 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

Tabela – Dados gerais da ação

Tipo de ação	Finalísticos
Finalidade	Assegurar a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal destinados ao consumo humano
Descrição	Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/SFA-ES

Análise:

A disponibilização de recursos, para a execução das tarefas para o cumprimento da finalidade desta ação, transcorreu normalmente no ano de 2009, à exceção do mês de outubro, em face de contingenciamento de recursos pela coordenação central. Entretanto, tal medida não afetou de modo significativo os resultados e as ações de fiscalização programadas, que foram compensadas nos meses subsequentes. Do total de recursos repassados, R\$ 169.721,00 foram empenhados R\$ 168.026,01 (cento e sessenta e oito mil e sessenta e um reais e um centavo), sendo o valor liquidado o de R\$ 167.640,06 (cento e sessenta e sete mil e seiscentos e quarenta reais e seis centavos). Este montante foi utilizado para o funcionamento do SIPAG/DT-ES, possibilitando o deslocamento para ações fiscais e a aquisição de veículo e outros materiais permanentes, conforme anexo I.

a) Principais resultados:

No exercício de 2009, no que concerne à industrialização de produtos de origem animal no Espírito Santo houve elevação das ações de fiscalização na área de produtos cárneos, em virtude da instalação/ampliação de estabelecimentos Matadouros de Aves; ações realizadas em consonância com as diretrizes emanadas pelo DIPOA também tiveram relevante importância, especialmente aquelas voltadas para a inocuidade de produtos prontos para consumo. A ação ressentiu-se da falta de laboratório para a realização rotineira de análises microbiológicas de amostras de produtos, de modo a permitir o cumprimento de programas específicos. A inspeção de pescado tem mantido suas ações de controle nos diversos Entrepostos de Pescados existentes no Estado, embora os controles efetuados revelem que a quantidade de pescado inspecionado esteja diminuindo.

Principais problemas:

Para a execução das tarefas tem havido dificuldades no que tange ao gerenciamento de pessoal, vez que se torna cada vez mais difícil a reposição de funcionários efetivos como os Agentes de Inspeção de Produtos de Origem Animal, assim como de Fiscais Federais Agropecuários – Médicos Veterinários. Com relação à coleta e envio de amostras fiscais, a inexistência de laboratório, no Estado, apresenta-se como problema para o atendimento do demandado, vez que são inúmeros os transtornos quando se tem de lançar mão de laboratórios distantes ou fora das capitais, pois a logística para a coleta e o envio de amostras tem atingido, de forma negativa, tanto as ações de fiscalização quanto ao envio das amostras.

c) Contratações e Parcerias: Não houve sinalização positiva tanto do Estado do Espírito Santo, quanto de municípios com relação a processos de adesão ao SISBI.

d) Transferências: Não se aplica neste Plano Interno.

2.3.1.1.2 - AÇÃO 4723 – CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo de ação	Finalístico
Finalidade	Monitorar e controlar os produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo
Descrição	Padronização e Classificação de produtos vegetais
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	LEANDRO DIAMANTINO FEIJÓ
Unidades Executoras	SFA-ES

Análise:

a) Principais resultados: Na área vegetal, segundo a IN nº 35, de 10/10/2009, para o primeiro semestre de 2009, o programa de controle de resíduos de agrotóxicos para a cultura do mamão apresentou, a nível nacional, como resultado do monitoramento um Índice de Conformidade de 94,87%, pois de um total de 39 amostras realizadas, 37 apresentaram-se conformes, portanto, com os ingredientes ativos dos agrotóxicos não ultrapassando o limite máximo de resíduo tolerado. Para o Estado do Espírito Santo, no primeiro semestre de 2009, de 25 amostras realizadas, todas apresentaram-se conformes.

Quadro geral da quantidade de amostras de mamão coletadas pela UVAGRO/Linhares, no Estado do Espírito Santo, para análise de resíduos de agrotóxicos em função do PNCRC/Vegetal, no ano de 2009.

MÊS	PROGRAMADAS	REALIZADAS
JANEIRO	*	*
FEVEREIRO	6	5
MARÇO	7	7
ABRIL	6	4
MAIO	7	5
JUNHO	9	7
JULHO	7	5
AGOSTO	8	8
SETEMBRO	12	10
OUTUBRO	11	9
NOVEMBRO	10	8
DEZEMBRO	10	10
TOTAL	93	78

* No mês de janeiro não houve coleta de amostras de mamão.

Verifica-se no quadro acima que de um total de 93 amostras programadas para o ano de 2009 no Estado do Espírito Santo, 78 foram realizadas e destinadas para análise de resíduos de agrotóxicos. A diferença entre o número de amostras programadas e aquelas efetivamente realizadas, deve-se à ausência de frutos de mamão na empresa por ocasião da data determinada para a coleta. Vale ressaltar que desde junho/2009, sempre que possível, considerando-se a mesma empresa, tem-se procurado alternar a coleta de amostras em função do destino do mamão, de forma que para o ano-safra corrente, 50% das amostras sejam coletados em mamão destinado ao mercado externo e os outros 50% das amostras sejam coletados em mamão destinado ao mercado interno.

De acordo com a IN nº 21, de 30/06/2009, para o ano-safra 2009/2010, a nível nacional, só para a cultura do mamão foi programada a coleta de 230 amostras para análise de resíduos de agrotóxicos, além daquelas também programadas para as demais culturas contempladas no referido ano-safra pelo PNCRC/Vegetal, que ao todo são as seguintes: abacaxi, alface, amendoim, arroz, banana, batata, castanha-do-Brasil, limão ou lima ácida, maçã, mamão, manga, melão, milho, morango, pimenta-do-reino, tomate e uva.

Em relação ao desempenho financeiros, foram empenhados créditos no valor de R\$ 9.216,20 e pagos o valor de R\$ 8.874,38 para atender despesas com deslocamento dos Fiscais Federais, com diárias e passagens aérea, conforme anexo I deste Relatório.

b) Principais problemas: Na área vegetal não houve problemas relacionados à coleta de amostras de mamão para análise de resíduos de agrotóxicos no Estado do Espírito Santo.

c) Contratações e Parcerias: Não houve

d) Transferências: Não houve

2.3.1.1.3 - AÇÃO 4746 - PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS.

Tabela – Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Garantir a certificação da identidade, qualidade e segurança dos produtos antes de serem colocados à disposição dos consumidores, assim como o credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal
Descrição	Padronização e Classificação de produtos vegetais
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	FERNANDO GUIDO PENARIOL
Unidades Executoras	SFA-ES

Análise:

a) Principais resultados -

A meta física programada (LOA) estabelecida para a Ação 4746 consistiu na quantidade total de produtos fiscalizados, abrangendo tanto as ações realizadas em estabelecimentos comerciais e embaladores (mercado interno) quanto àquelas referentes aos produtos oriundos da importação. Durante o ano de 2009 foram fiscalizados 275.625 toneladas de produtos, superando em 37,81 % o total inicialmente programado (200.000 ton.) e em 15,28% a programação corrigida (239.087 ton.). O resultado obtido deveu-se ao incremento ocorrido na importação de grãos sujeitos à classificação obrigatória.

Outras metas estabelecidas para o setor, e constantes do Plano Operativo 2009 (PO/2009), foram: número de fiscalizações em estabelecimentos e número de amostras coletadas.

No ano de 2009 foram realizadas **261** fiscalizações em estabelecimentos, superando em **74%** o total programado (150). Cabe esclarecer que o resultado obtido foi possível em razão da não ocorrência dos problemas relatados no ano anterior, referentes à limitação de recursos financeiros e de combustível.

Houve ainda um incremento no número de amostras coletadas (**57**) em relação ao programado (**42**), explicado pela inclusão do SIPAG/SFA-ES no “Plano Nacional de Fiscalização de Produtos Processados”. Nesse trabalho foram coletadas amostras fiscais, em municípios previamente sorteadas pela CGQV/MAPA, dos seguintes produtos: óleo de soja, farinha de trigo, farinha de mandioca e tapioca.

As ações de classificação das amostras fiscais coletadas resultaram numa taxa de conformidade de **79,0%**, demonstrando ter ocorrido uma variação positiva de **4,0%** (79,0 – 75,0%) em relação no ano de 2008. O índice pode ser considerado um indicador do efeito positivo da fiscalização sobre a qualidade dos produtos.

Como resultados dos trabalhos da fiscalização destacam-se também a lavratura de 42 autos de infração, os quais representaram um total de R\$ 123.876,14 em multas aplicadas. Desse total, o valor de R\$ 74.792,20 foi efetivamente recolhido ao Tesouro no período analisado.

Merece ainda destaque a realização do Pregão Eletrônico nº 26/2008 e a conseqüente formalização, no dia 26.02.09, do Contrato MAPA/SFA-ES nº 007/2009 com a empresa Nikkey

Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda., cujo objetivo é a prestação de serviços de apoio operacional na classificação de produtos vegetais importados pelo Espírito Santo.

Com relação à execução financeira, foi disponibilizado no período um total de R\$176.964,46, dos quais foram liquidados R\$175.933,28 (**99,4%**). Nota-se ainda que do total de recursos disponíveis, R\$ 156.550,91 (88,5%) foram destinados ao pagamento dos serviços de apoio operacional prestados pela contratada à SFA-ES (elemento de despesa 3390-39). Os restantes R\$ 20.413,55 (11,5%) foram utilizados nas demais atividades de padronização e fiscalização de produtos vegetais destinados à alimentação humana. No montante foram computados os gastos de R\$ 6.500,00 com passagens aéreas, disponibilizados diretamente pela CGQV/MAPA, visando à participação de Fiscais Federais Agropecuários da SFA-ES em oito ações de âmbito nacional - reuniões, cursos e encontros técnicos, conforme demonstrado no anexo I deste Relatório.

b) Principais problemas:

Entre os principais entraves observados na execução dos trabalhos destacam-se:

- 1) as pendências relacionadas à regulamentação complementar do Decreto da Classificação Vegetal, as quais inviabilizam ações mais efetivas na fiscalização de certos produtos (hortícolas e outros perecíveis);
- 2) a incorporação de novas “demandas” ao PI, tais como as ações de controle higiênico-sanitário, a ampliação do programa de monitoramento de resíduos de agrotóxicos e os processos de investigação de não-conformidades de produtos, cujo atendimento “concorre” diretamente com as ações de fiscalização, haja vista a limitação de pessoal existente (dois fiscais no SIPAG);
- 3) a falta de estrutura do MAPA em termos de apoio laboratorial, restringindo a realização de ações de fiscalização rotineiras de produtos importantes como o amendoim, os farináceos e óleos vegetais;
- 4) a mudança ocorrida na sistemática de pagamento dos serviços de apoio operacional na classificação de produtos vegetais importados, a qual requer que seja apresentada mensalmente à CGQV/MAPA uma solicitação para descentralização dos recursos necessários. Isso tem gerado atrasos na quitação dos compromissos contratuais, devido aos trâmites burocráticos.

c) Contratações e Parcerias – NÃO HOUVE

d) Transferências – NÃO HOUVE

2.3.1.1.4 - AÇÃO 8939 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.

Tabela – Dados Gerais da ação

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditoria dos pontos

	industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização de registro de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como a realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convenio entre o MAPA e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Coordenador Nacional da Ação	GRACIANE GONÇALVES MAGALHAES DE CASTRO

Análise:

a) Principais resultados:

A meta física programada (LOA) estabelecida para a Ação 8939 consistiu no número de inspeções em estabelecimentos produtores/fabricantes de bebidas e derivados da uva e do vinho realizadas anualmente. Para o ano de 2009 foram efetuadas 271 inspeções, representando 108,4 % em relação ao total programado (250 inspeções/ ano). A superação da meta foi resultado do grande esforço empreendido pelos fiscais do setor, com apoio da Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas (CGVB), de modo a superar a restrição orçamentária a que ficou sujeita a área de bebidas.

Outras metas estabelecidas para o setor, e constantes do Plano Operativo 2009 (PO/2009), foram: número de vistorias em estabelecimentos produtores e número de amostras coletadas.

Foram realizadas 27 vistorias em estabelecimentos para fins de registro ou renovação de registro de um total de 20 programadas, representando 135% de execução. Ressaltando-se que esta meta foi programada com base em séries históricas de registros, sendo contudo, dependente da demanda de solicitações de registros.

Foram coletadas 68 amostras de um total de 120 programadas, com percentual de execução de 56,7%.

Como resultados dos trabalhos da fiscalização, também podem ser enumerados: 26 registros de novos estabelecimentos, 152 registros de novos produtos, 25 fiscalizações a nível de comércio, 723 certificados de inspeção emitidos para importação, 32 documentos emitidos para exportação. Além disso, foram lavrados 49 Autos de Infração, e emitidas 13 multas que totalizaram R\$ 60.326,08.

Com relação à execução financeira, do total de R\$ 61.858,78 programados, foram gastos R\$59.686,37(96,49%) nas atividades da Ação – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal. Ressaltando-se que, a programação financeira consistiu nos recursos liberados pela Coordenação (CGVB) ao longo do ano, conforme disponibilidade orçamentária, e deste modo não houve gerência do SIPAG-ES nesta programação, conforme demonstrado no **anexo I** deste Relatório.

b) Principais problemas:

A restrição orçamentária imposta ao setor, demandou um esforço e desgaste muito grande da equipe do SIPAG-Bebidas/SFA-ES, pois a fiscalização teve que se desdobrar para realizar suas atividades e cumprir as metas estabelecidas (LOA) com poucos recursos. Isso acarretou perda na qualidade das inspeções, pois para cumprimento da meta com a restrição orçamentária foi necessário priorizar quantidade em detrimento da qualidade.

Outro problema que afetou diretamente a quantidade de amostras coletadas, e impossibilitou o cumprimento da meta programada, foi a dificuldade do LANAGRO em atender a demanda de amostras para análises microbiológicas, somada à falta de equipamentos necessários à coleta, manutenção de temperatura e remessa das amostras ao laboratório, o que praticamente inviabilizou a coleta de produtos não alcoólicos congelados ou refrigerados, consistindo num grande gargalo da fiscalização de bebidas no estado do Espírito Santo.

c) Contratações e Parceria – NÃO HOUE

d) Transferências – NÃO HOUE

2.3.1.2 – PROGRAMA 0357 - SEGURANÇA NA SANIDADE AGROPECUÁRIA

Tabela . Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalísticos
Objetivo Geral	Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária
Objetivo Especifico	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo as exigências de padrões fitozossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do Programa	
Responsável pelo programa no âmbito da SFA-ES	RICARDO S. PRATES
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Área declarada livre de Febre Aftosa com Vacinação - Área declarada livre de Febre Aftosa sem Vacinação - Numero de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina -Numero de Ocorrência da Peste suína Clássica - Numero de ocorrência de Casos da Doença da Vaca Louca - Numero de ocorrência de Raiva Bovina - Planteis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola -Taxa de Conformidade no controle de Fronteira -Taxa de Incidência da Doença do Cancro Cítrico
Publico Alvo	Produtores e Comerciantes de Produtos Agropecuários, Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais

2.3.1.2.1 Ação 2139 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS SEUS PRODUTOS E INSUMOS.

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo de ação	Finalístico
Finalidade	Supervisionar as ações voltadas para o transito interestadual de animais e seus produtos desenvolvidas pelo IDAF e pelos médicos veterinários habilitados para emissão de GTA no Estado do Espírito Santo
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Animais e seus Produtos – Nacional
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA

Coordenador Nacional da Ação	LUIZ FELIPE RAMOS CARVALHO
Unidades Executoras	SFA-ES

Análise:

a) Principais resultados:

A fiscalização do trânsito compreende um complexo de ações e é executado em todos os municípios do Estado do Espírito Santo, com demandas diferenciadas de acordo com o tipo de exploração pecuária e/ou movimentação de animais.

No Estado do Espírito Santo as ações são executadas através do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF – www.idaf.es.gov.br, que mantém uma estrutura composta de 01 Escritório Central, 04 Escritórios Regionais, 29 Escritórios Locais, 48 Postos de Atendimento, 04 Postos Fixos de vigilância agropecuária e 04 Unidades Volantes para a fiscalização do trânsito. Essas unidades volantes estão vinculadas aos Escritórios Regionais, assim como os postos fixos são vinculados as Unidades Locais que atendem aos respectivos municípios onde estão localizados.

Todo o trabalho é supervisionado pelo Ministério da Agricultura, através do Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/DT-ES, e compreende, entre outros: cadastro de propriedades e explorações pecuárias, emissão de Guias de Trânsito Animal, emissão de Certificado de Inspeção Sanitária – CIS-E, fiscalização de eventos agropecuários, fiscalização direta do trânsito através de postos fixos e unidades volantes de vigilância agropecuária.

Em 2009 o IDAF implantou nova sistemática para emissão de GTA ELETRÔNICA, agilizando o processo e mantendo informações em banco de dados atualizado.

Em conjunto com o IDAF, a SFA-ES habilita profissionais para a emissão de GTA, com renovações anuais, que incluem treinamentos e reuniões.

Existe uma rotina de tramitação de documentos e processos administrativos, inclusive aqueles para apurar eventuais irregularidades relacionadas ao trânsito interestadual de animais, produtos e subprodutos de origem animal.

O SEDESA/DT-ES desenvolve também importante papel na fiscalização do trânsito internacional de animais, produtos e subprodutos de origem animal, considerando a instrução processual e emissão de pareceres técnicos para importação e exportação, com lançamento de informações junto ao SISCOMEX, sendo que no ano de 2009, 469 processos relativos a importação de produtos de origem animal foram analisados pelo SEDESA/DT-ES.

Ainda observa-se no Espírito Santo, expressivo trânsito interestadual de aves vivas, como pintos de um dia, frangos de corte e galinhas para descarte, em virtude do pólo avícola capixaba ter relativa expressividade no cenário nacional. Tradicionalmente, também, observamos grande trânsito de bovídeos para reprodução, corte e participação em eventos agropecuários. Na área da suinocultura, o Espírito Santo recebe grande número de suídeos para abate e cria, não havendo expressivo trânsito de animais vivos (para abate) sendo comercializados para fora do Estado.

Em setembro de 2009 a SFA-ES, em parceria com o IDAF e a polícia militar desenvolveram algumas ações de fiscalização do trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal na divisa do Estado do Espírito Santo com o Estado da Bahia, quando foram apreendidos carregamentos de pescados e laticínios em desacordo com a legislação vigente.

b) Principais problemas:

Em 2009, houve a desativação de 02 Postos Fixos de Vigilância Agropecuária na divisa do Estado do Espírito Santo com o Estado do Rio de Janeiro, sob as seguintes alegações: (1) Que o volume do trânsito de produtos de origem animal por aquelas vias, historicamente, não justifica a instalação e manutenção de tais unidades; (2) Que os postos não estão localizados nos

corredores sanitários definidos e regulamentados em legislação estadual; (3) Que seria dada continuidade da fiscalização do trânsito de animais, seus produtos e subprodutos através da instalação do trabalho será realizado por meio de Unidades Volantes de Fiscalização Agropecuária, totalizando 05 (cinco) equipes para atender aos 04(quatro) regionais do IDAF e operações especiais – Blitz – Nota Técnica DDSIA 01/09.

Até meados do ano de 2009, existia também uma parceria entre a Secretaria da Fazenda – SEFAZ e o IDAF no compartilhamento da infraestrutura para manutenção dos Postos Fixos. Por uma decisão do Governo do Estado do Espírito Santo, houve reestruturação dessas unidades e atualmente, o IDAF é o órgão responsável pelas unidades e as utiliza para a fiscalização do trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal. No período de transição, houve certo desequilíbrio dessa fiscalização, que foi sanada com a manutenção das ações nas unidades.

c) Contratações e Parcerias:

Para esta ação, a SFA-ES conta com parceria do IDAF que executa as ações de fiscalização do trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal no Estado do Espírito Santo, assim como com Médicos Veterinários sem vínculo com o serviço público federal que são habilitados para a emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA).

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos da SFA/ES-MAPA para o Estado para o desenvolvimento das ações de fiscalização do trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal.

2.3.1.2.2- AÇÃO 4842 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

Tabela – Dados gerais da ação

Tipo de ação	Finalístico
Finalidade	Supervisionar as ações voltadas para o controle da Febre Aftosa no Estado, executadas pelo IDAF.
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	JAMIL GOMES DE SOUZA
Unidade Executora	MAPA

Análise:

a) Principais resultados:

O Estado do Espírito Santo é internacionalmente reconhecido como Zona Livre de Febre Aftosa com vacinação, status este que foi mantido em 2009. O último foco da enfermidade foi registrado em abril de 1996. Com 46.078 km² e 78 municípios, o Estado possui um plantel de aproximadamente 2.200.000 bovinos, em 28.000 propriedades.

Visitas as propriedades rurais e inspeção de animais susceptíveis são atividades rotineiras incrementadas durante as etapas de vacinação, destacando atividades relacionadas a assistência a produtores, fiscalização do trânsito, inspeção ante-mortem e post-mortem em estabelecimentos sob inspeção oficial. Por ser uma zona livre de Febre Aftosa com vacinação, essas medidas de vigilância devem ser constantes para pronto atendimento a qualquer evento e/ou agravo. Em 2009 foram acompanhadas 02 suspeitas de enfermidade vesicular no Espírito Santo, com todos

os procedimentos técnicos previstos nos regulamentos específicos, ambos resultando negativos para a Febre Aftosa.

Para que fosse mantido o status de Livre de Febre Aftosa com vacinação, o Estado do Espírito Santo intensificou no ano de 2009 o cadastramento de propriedades rurais, com a utilização de novo sistemas de gerenciamento de dados, inclusive que viabilizou a emissão da GTA Eletrônica.

Com relação a vacinação contra a Febre Aftosa, foram realizadas 02 etapas de vacinações contra a Febre Aftosa, em maio e novembro de 2009, atingido índices vacinais acima de 96%, com supervisão do SEDESA/DT-ES, inclusive em áreas e propriedades de risco para a enfermidade. Foram intensificadas, também, a fiscalização da distribuição e do comércio de vacinas contra a Febre Aftosa.

Em agosto de 2009, foi realizado treinamento em emergências sanitárias para técnicos do órgão executor e do SEDESA/DT-ES.

Em setembro de 2009, o Espírito Santo recebeu auditoria do Departamento de Saúde Animal – DSA/DAS-MAPA, quando foram verificados aspectos operacionais e infraestrutura para realização dos trabalhos de Defesa Sanitária Animal afetos a erradicação e prevenção da Febre Aftosa.

Para o desenvolvimento desta ação foram descentralizados créditos no valor de R\$ 22.474,31 (vinte e dois mil quatrocentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos) e liquidado o valor de R\$ 22.473,81. As despesas foram para atender deslocamento dos Fiscais Federais, combustível, oficina mecânica e colaborador eventual. Os valores estão constantes no Anexo I deste Relatório, no PI FEBREAFTOS.

b) Principais problemas:

Foram identificados alguns problemas relacionados a infraestrutura do serviço veterinário oficial e problemas também relacionados a procedimentos, que foram relatados durante o ano de 2009 e as soluções foram descritas em documentos com respectivos cronogramas para solucionar as questões.

c) Contratações e Parcerias:

O IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo é o principal parceiro da SFA-ES na Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos da SFA/ES-MAPA para o Estado em 2009 para o desenvolvimento das ações de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa.

2.3.1.2.3 - Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Garantir a segurança zoonosanitária nacional, visando agregar valores qualitativos aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidade dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Erradicação das Doenças dos Animais
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA

Coordenador Nacional da Ação	GUILHERME HENRIQUE FIGUEIREDO MARQUES
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEDESA

Análise:

a) Principais resultados:

No contexto da garantia da segurança zoonosanitária nacional, visando agregar valores qualitativos aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidade dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais, a SFA-ES atua em ações dos seguintes programas:

1 - PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA

O Estado do Espírito Santo possui considerável expressividade no segmento avícola que se consagra como grande fornecedor de aves vivas para abate e também na produção de ovos para o mercado interno, abastecendo o Estado do Espírito Santo e outros Estados da Federação. Foram realizadas 06 (seis) reuniões técnicas, supervisões das ações delegadas e manutenção do Comitê de Sanidade Avícola, importante fórum de discussão para o setor. Outra questão importante foi a manutenção das atividades de registro e certificação de estabelecimentos avícolas, com coletas de amostras e envio a laboratórios credenciados, além do atendimento a notificação de mortalidade em aves, com coletas de materiais para diagnóstico laboratorial.

Com relação ao PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE, em 2009 o Estado certificou a primeira propriedade livre de brucelose e tuberculose, localizada no município de Conceição do Castelo. Atualmente são 56 profissionais habilitados para atuar no programa, com dois processos em andamento para o credenciamento de laboratório para diagnóstico da brucelose junto ao MAPA, que estão sendo analisados pela Coordenação Geral de Laboratórios – CGAL. O índice de vacinação de bezerras de 03 a 08 meses, com a vacina B19 teve importante incremento durante o ano de 2009, atingindo percentual de 58% de cobertura vacinal. No entanto, ficando ainda abaixo dos 80% recomendados. No final do ano de 2009, foi assinado convênio entre a Federação da Agricultura no Espírito Santo e o Governo do Estado para o repasse de recursos com a finalidade de melhorar os índices de cobertura vacinal no Estado. O projeto será desenvolvido no ano de 2010.

Em 2009, a SFA-ES desenvolveu ações do PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS EQUÍDEOS em parceria com o IDAF para o diagnóstico e eliminação de animais positivos para AIE, tendo sido ministrado em setembro de 2009, dois treinamentos em resenhas para médicos veterinários oficiais do IDAF e do SEDESA/DT-ES, bem como da iniciativa privada e autônomos com o apoio da SFA-ES.

O PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS e outras encefalopatias, continua atuando na captura de morcegos, atendimento a focos e também a vigilância ativa da BSE através do envio de amostras de encéfalos procedentes de abate de emergência e de animais acima de 24 meses que resultaram negativas para o diagnóstico da raiva. Estão sendo cumpridos também os cronogramas de envio de amostras de alimentos para ruminantes coletadas em propriedades rurais.

Em 2009, a execução da ação Sanidade dos animais aquáticos manteve-se como parceria entre o SEDESA/DT-ES e o IDAF, sendo que o MAPA se responsabiliza pelo registro dos estabelecimentos aquícolas voltados para o comércio internacional, com processos individuais, vistorias e habilitação de Responsáveis Técnicos para emissão de GTA. Foram realizadas algumas reuniões técnicas com o órgão executor e fiscalizações/auditorias junto aos escritórios locais e regionais.

Importante ressaltar que todas as ações do SEDESA/DT-ES são registradas em termos de fiscalização e relatórios, cujo teor é dado ciência ao órgão executor e respectivos coordenadores nacionais das ações.

Foram descentralizados créditos no valor de R\$ 82.718,07 e liquidado R\$ 82.229,39 para atender pagamento de diárias, combustível, passagem aérea, oficina mecânica, aquisição de material permanente, e colaborador eventual, conforme informações contidas no anexo **I no PI PCEANIMAL**.

b) Principais problemas:

Foram identificados alguns problemas relacionados a infraestrutura do serviço veterinário oficial e problemas também relacionados a procedimentos, que foram relatados durante o ano de 2009 e as soluções foram descritas em documentos com respectivos cronogramas para solucionar as questões.

Espera-se que sejam cumpridos os prazos estabelecidos para o registro de estabelecimentos avícolas, bem como que sejam incrementadas as vacinações de bezerras contra a brucelose.

c) Contratações e Parcerias:

O IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo é o principal parceiro da SFA-ES na Prevenção e Erradicação das doenças dos animais, assim como Médicos Veterinários cadastrados para vacinação contra brucelose e habilitados para atuar no PNCEBT.

O Estado conta ainda com alguns laboratórios credenciados para realizar o exame da Anemia Infecciosa Equina.

São considerados parceiros também as Associações de criadores, Federação da Agricultura no Espírito Santo, o SENAR-ES, Conselho Regional de Medicina Veterinária do Espírito Santo, Instituições de Ensino da Medicina Veterinária no Espírito Santo.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos da SFA/ES-MAPA para o Estado em 2009 para o desenvolvimento das ações de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa.

2.3.1.2.4 AÇÃO 8572 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de programa	Finalístico
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, de cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da

	silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimentos de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle, credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária, edição de atos normativos, acordos internacionais, estabelecimentos de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	GUTEMBERG BARONE DE ARAÚJO NOJOSA
Unidades Executoras	SFA-ES

Analise:

a) Principais resultados:

No Estado do Espírito Santo as ações são executadas através do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF – www.idaf.es.gov.br, que mantém uma estrutura composta de 01 Escritório Central, 04 Escritórios Regionais, 29 Escritórios Locais, 48 Postos de Atendimento, 04 Postos Fixos de vigilância agropecuária e 04 Unidades Volantes para a fiscalização do trânsito.

No ano de 2009, o SEDESA/DT-ES, executou o monitoramento da mosca-da-carambola (*Bractocera carambolae*) nos Portos Capuaba, Tubarão e na CEASA-ES, totalizando 27 operações de manutenção e troca destas armadilhas. Além disso, o SEDESA/DT-ES supervisionou o monitoramento de *Ceratititis capitata* e *Anastrepha spp* e *Bactrocera carambolae* em lavouras de mamão localizadas na região norte do Espírito Santo que estão inscritas no programa de exportação de mamão para os Estados Unidos da América

O SEDESA/DT-ES realizou 04 reuniões técnicas com o IDAF, 02 reuniões técnicas com a UVAGRO-Linhares e 09 reuniões técnicas/congressos/cursos, no estado do Espírito Santo, tratando de assuntos diversos sobre o controle de pragas.

Visando verificar o controle da Pinta Preta dos Citros o SEDESA/DT-ES realizou 01 supervisão no escritório local do IDAF em Alegre, 02 Inspeções em lavouras de citros, localizadas no município de Jerônimo Monteiro e uma fiscalização sobre o trabalho do Responsável Técnico sobre a emissão de CFO's na região de Jerônimo Monteiro e Alegre. Foram realizadas 02 reuniões da CDSV-ES tratando de assuntos diversos ligados à defesa fitossanitária.

Dentro do trabalho de auditoria visando à manutenção da Área de Livre de Sigatoka Negra no Espírito Santo, solicitado pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/MAPA), foram realizadas 02 fiscalizações em unidades de consolidação (UC) de bananas localizadas no CEASA-ES, em Cariacica-ES e outras 02 fiscalizações em unidade de consolidação de bananas localizada em Iconha-ES. Além

disso, foram realizadas outras 10 inspeções em unidades de produção de bananas (UP), localizadas nos municípios de Iconha e Guarapari.

Foram realizadas 02 supervisões sobre o levantamento para detecção de Mosca Negra e Cancro Cítrico executadas pelo IDAF. Foram realizadas 02 ações ligadas ao projeto de Educação Fitossanitária em Citros executadas junto a produtores da região de Jerônimo Monteiro-ES.

Foram realizadas 13 supervisões em escritórios do IDAF localizados nos municípios de Aracruz, Linhares, Jaguaré, São Mateus, Pinheiros, Montanha e Pedro Canário visando acompanhar as ações de controle do Mosaico e da Meleira do mamoeiro executadas pelo IDAF-ES.

Foram descentralizados créditos no valor de R\$31.447,56 e liquidado R\$ **31.221,17** para atender pagamento de diárias, combustível, passagem aérea, oficina mecânica, aquisição de material permanente, e colaborador eventual, conforme informações contidas no anexo **I no PI PCEVEGETAL**.

b) Principais problemas:

A inadimplência do governo estadual junto à União Federal inviabilizou a realização de convênios entre o MAPA e a Secretaria de Agricultura do Espírito Santo. Tal fato constituiu um entrave no desempenho de ações que poderiam ter sido fomentadas e executadas em ampla escala caso os convênios tivessem sido formalizados.

c) Contratações e Parcerias:

Para esta ação, a SFA-ES conta com parceria do IDAF que executa as ações de defesa fitossanitária e de diversos contatos mantidos, através da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal (CDSV-ES), com entidades que auxiliam na formação de estratégias que serão utilizadas nas diversas ações de defesa sanitária e de no controle do trânsito vegetal. As entidades partícipes são o Centro Agrônomo da Universidade Federal do Espírito Santo (CCAUFES), Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER), Federação de Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES), Secretaria de Estado da Agricultura (SEAG), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (CREA-ES), Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-ES), além do próprio Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT-ES) e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF-ES). Outras instituições como o Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) e a Sociedade Espiritossantense de Engenheiro Agrônomos (SEEA), em breve também deverão se fazer representar junto a CDSV-ES.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos da SFA/ES-MAPA para o Estado para o desenvolvimento das ações de fiscalização do trânsito de vegetais, suas partes e subprodutos, no ano de 2009, devido à inadimplência do governo do Estado junto a União Federal.

2.3.1.2.5 - AÇÃO 2134- VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS.

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Supervisionar as ações voltadas para o transito interestadual de vegetais e seus produtos, desenvolvidas pelo IDAF
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Vegetais e seus Produtos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	GUTEMBERG BARONE DE ARAÚJO NOJOSA
Unidades Executoras	SFA-ES

Análise:**a) Principais resultados:**

No Estado do Espírito Santo as ações são executadas através do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF, que mantém uma estrutura composta de 01 Escritório Central, 04 Escritórios Regionais, 29 Escritórios Locais, 48 Postos de Atendimento, 04 Postos Fixos de vigilância agropecuária e 04 Unidades Volantes para a fiscalização do trânsito.

No ano de 2009, em parceria e com a supervisão do SEDESA/DT-ES, o IDAF-ES habilitou profissionais para a emissão de CFO/CFOC através de curso específico. O SEDESA/DT-ES participou deste curso analisando a grade e também proferindo palestras.

Quanto à tramitação de processos relacionados ao trânsito interestadual de vegetais, partes de vegetais e seus subprodutos, existe uma rotina de tramitação administrativa, que visa apurar eventuais irregularidades ligadas aos mesmos. O SEDESA/DT-ES desenvolve também importante papel na fiscalização do trânsito internacional de vegetais, suas partes e subprodutos, considerando a instrução processual e emissão de pareceres técnicos para importação e exportação.

No trânsito interestadual, os principais produtos vegetais observados no Estado do Espírito Santo, no ano de 2009, foram bananas, citros, maçãs, pinus, mudas de fruteiras, mamões, côco, mudas de café e cenouras. Os problemas ocorridos no trânsito destes produtos e que culminaram em alguma medida punitiva, como o rechaço, foram a ausência de PTV e divergências entre os dados constantes na PTV.

No ano de 2009, foram feitas 13 supervisões em casas de embalagens habilitadas a exportar mamões para os EUA e também foram feitas supervisões na UVAGRO-Linhares, visando acompanhar o programa de exportação de mamão para os EUA e assim manter um rígido controle das condições estabelecidas pela legislação vigente sobre o tema.

Foram realizadas 05 supervisões sobre a emissão de PTV e 05 supervisões sobre a emissão de CFO/CFOC. Foram realizadas 06 supervisões em Postos Fixos de Vigilância Agropecuária do IDAF-ES.

Para o desenvolvimento desta ação foram descentralizados recursos no valor de R\$ 13.802,12 e liquidado R\$ 11.980,78, objetivando atender despesas com diárias, material de consumo, serviços de terceiros e material permanente, **conforme anexo I - PI VIGIFITO.**

b) Principais problemas:

Os principais problemas da vigilância e fiscalização de trânsito interestadual de vegetais e seus produtos são os mesmos da vigilância e fiscalização de trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos.

c) Contratações e Parcerias:

Para esta ação, a SFA-ES conta com parceria do IDAF que executa as ações de fiscalização do trânsito de vegetais, suas partes e subprodutos, emitindo as permissões de trânsito vegetal (PTV) além de Engenheiros Agrônomos autônomos, que são habilitados para a emissão de Certificados Fitossanitários de Origem e Certificados Fitossanitários de Origem Consolidados (CFO/CFOC). Diversos contatos são mantidos, através da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal (CDSV-ES), com entidades que auxiliam na formação de estratégias que serão utilizadas nas diversas ações de defesa sanitária e de controle do trânsito vegetal. As entidades partícipes são o Centro Agrônomo da Universidade Federal do Espírito Santo (CCAUFES), Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER), Federação de Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES), Secretaria de Estado da Agricultura (SEAG), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (CREA-ES), Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-ES), além do próprio Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT-ES) e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF-ES). Outras

instituições como o Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) e a Sociedade Espiritossantense de Engenheiro Agrônomos (SEEA), em breve também deverão se fazer representar junto a CDSV-ES.

d) Transferências: NÃO HOUE

2.3.1.2.6 AÇÃO 2180 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS SEUS PRODUTOS E INSUMOS.

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de programa	Finalístico
Finalidade	Fiscalizar e Inspeccionar as ações voltadas para o transito internacional de vegetais e seus produtos
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Transito Internacional de Vegetais e seus Produtos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	OSCAR ROSA AGUIAR FILHO
Unidade Executora	SFA-ES
Coordenador Estadual da Ação	Josimar de Almeida Cabral

Análise:

A crise econômica mundial interferiu de forma significativa no volume de mercadorias oriundas do exterior, que transitou pelo Estado do Espírito Santo. Em relação ao ano de 2008, houve uma redução aproximada de 25% no número de partidas inspecionadas. Contudo o valor financeiro movimentado não apresentou perdas para o mesmo período.

Os valores considerados para efeito de cálculo do custo de fiscalização levaram em consideração as descentralizações realizadas com a finalidade de possibilitar o deslocamento de servidores, a manutenção e o abastecimento de veículos, para atendimento da demanda de atividades pertinentes à competência da Unidade.

Para o desenvolvimento desta ação foram descentralizados créditos no **PI FISCPLANTA** no valor de R\$ 52.118,43 e liquidados no valor de R\$ 51.498,79, para atender despesas com diárias, material de consumo, passagem aérea, serviços de terceiros, **conforme anexo I deste Relatório.**

a) Principais resultados:

Na vigilância agropecuária internacional, realizada nos pontos de ingresso no Espírito Santo, a importação de vegetais, seus produtos, resíduos de valor econômico, fertilizantes e bebidas totalizou 1.408.075,85 de toneladas correspondendo a US\$ 502.271.340,00, foram emitidos 13.706 Termos de Fiscalização e 07 Termos de Ocorrência para produtos. Foram inspecionadas ainda 11.872 madeiras de embalagem, sendo emitidos 487 termos de ocorrência, o que implica em dizer que 4,10% da madeira de embalagem apresentaram desconformidade com o regimento vigente, e foram interceptadas duas partidas provenientes da Índia com a praga quarentenária ausente *Synoxylum anale*.

Nos pontos de egresso, a exportação de produtos e subprodutos vegetais alcançou 4.963.948,65 de toneladas, correspondendo a US\$ 1.867.966.292,00. Nesta atividade foram emitidos 2.590 termos de fiscalização e 03 termos de ocorrência.

Foram realizadas ações de auditoria, participação em reuniões e cursos

- Participação no seminário apicultura em São Mateus/ES
- Participação em palestra motivacional promovida pela SFA/ES
- Participação na GranexpoES
- Reunião técnica para elaboração de alterações na IN MAPA 36/2006 em Brasília/DF

- Auditoria técnica operacional no Porto de Suape
- Reunião técnica – Criação zona primária agropecuária e Sisvigiagro em Brasília/DF
- Participação do servidor José Daniel Mussi em missão internacional para a Indonésia.
- Formação do servidor Lourenço Marques Júnior em auditor Vigiagro
- Auditoria técnica operacional no Porto do Rio de Janeiro no Rio de Janeiro/RJ
- Treinamento para harmonização de procedimentos de fiscalização de fertilizantes em Santos/SP

A UVAGRO LINHARES tem suas atividades baseada no acordo bilateral entre o governo brasileiro e dos estados unidos, que tem regulamentação na IN 05 de 21/01/2008. As ações fiscais estão ligadas à inspeção das lavouras com vistas à autorização da colheita de frutos para a exportação, da supervisão no monitoramento de moscas das frutas e de todas as etapas do processamento das frutas nas casas de embalagem.

Todo o trabalho está voltado para a exportação de frutas frescas de mamão para os EUA. No ano de 2009, foram exportados 249.951 quilos, correspondendo a um valor de US\$ 3.822.114,51; sendo emitidos no período 142 termos de ocorrência, sendo 135 para ocorrências fitossanitárias, garantindo a qualidade do produto que foi exportado e, o cumprimento por parte do Governo Brasileiro do acordo assinado.

Atualmente 33 lavouras cumprem os requisitos para exportação, sendo que outras 04 estão em fase final de avaliação para liberação. Estas lavouras totalizam 700 ha.

Quatro empresas encontram-se aptas a exportar para o mercado norte americano. Cada uma tem sua linha de processamento das frutas, da recepção ao fechamento do pallet, acompanhada por um Fiscal Federal Agropecuário. Durante o processo várias informações são checadas, controladas e se for necessário estas são corrigidas.

Houve a participação dos servidores em:

- Treinamento em execução de estratégias organizacionais em Belo Horizonte/MG
- Reunião para o estabelecimento dos padrões para o mamão em Vitória /ES
- Participação do servidor Paulo Alves Pirola em missão para a Argentina.
- Participação em palestra motivacional promovida pela SFA/ES.

b) Principais problemas:

A não oficialização da unidade de vigilância agropecuária - Porto de Vitória.

c) Contratações e Parcerias: NÃO HOUVE

d) Transferências: NÃO HOUVE

2.3.1.2.7 - Ação 2181 - VIGILANCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRANSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS.

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de ação	Finalístico
Finalidade	Fiscalizar e Inspeccionar as ações voltadas para o transito internacional de animais e seus produtos
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Transito Internacional de Animais e seus Produtos
Unidade Responsável pelas	SDA/MAPA

Decisões Estratégicas	
Coordenador Nacional da Ação	OSCAR ROSA AGUIAR FILHO
Unidade Executora	SFA-ES
Coordenador Estadual da Ação	Josimar de Almeida Cabral

Análise: A crise econômica mundial interferiu de forma significativa no volume de mercadorias oriundas do exterior, que transitou pelo Estado do Espírito Santo. Em relação ao ano de 2008 houve uma redução aproximada de 30% no número de partidas inspecionadas. Contudo o valor financeiro movimentado não apresentou perdas para o mesmo período. Os valores considerados para efeito de cálculo do custo de fiscalização levaram em consideração as descentralizações realizadas com finalidade de manutenção e abastecimento dos veículos que atendem ao VIGIAGRO DT/ES, conforme informações contidas no anexo I deste Relatório.

a) Principais resultados:

Na importação a área animal fiscalizou 52.713,14 toneladas de produtos e subprodutos, correspondendo a um valor de US\$ 101.732.664,00 emitindo 388 Termos de Fiscalização. Isto representa uma diferença positiva em relação ao ano de 2008, correspondente a 68,25% em peso total das importações e a 21,38% no valor FOB. Foram emitidos 38 Termos de Ocorrência, o que informa que 10,1% das partidas apresentavam algum tipo de inconformidade.

Na exportação foram fiscalizadas 22.003,55 toneladas, correspondendo a US\$ 57.229.795,00, emitindo 175 Termos de fiscalização. Estes valores diferem negativamente em relação ao ano de 2008, correspondente a 61% em peso total e a 145% no valor FOB. Foram emitidos 3 Termos de Ocorrência informando que cerca de 2% das partidas apresentaram alguma inconformidade.

Podemos supor que houve a alteração significativa nas exportações de produtos/subprodutos animais deveu-se à crise financeira internacional.

Ações realizadas e não programadas:

1 – Curso/treinamento – Drs. Álvaro José da Silva de Leo, Carlos Gilberto Neves Maciel e Ariosmar da Silva Vital – Treinamento sobre certificação sanitária internacional via sigsis, de pescado para a UE.

2 – Auditoria – 02 – Dr. Álvaro Léo e Dr. Ariosmar Vital – locais: Varginha e Betim/MG.

3 – Apoio a outras unidades UVAGRO – 02 – Dr. Ariosmar Vital, ambas em Santos – SP.

4 – Reuniões

- Reunião técnica para revisão das seções VI e VII do Capítulo VII e do Capítulo IV e Seção IX do Capítulo II do Manual de Procedimentos Técnico e Operacional do VIGIAGRO (IN MAPA 36/2006).
- INFRAERO e empresários do setor pesqueiro para estabelecer instalações que atendam reinspeção de pescado fresco para exportação.

b) Principais problemas:

O mesmo problema citado na vigilância e fiscalização de trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos.

c) Contratações e Parcerias: NÃO HOUVE

d) Transferências: NÃO HOUVE

2.3.1.3 – PROGRAMA 0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Programa	Finalísticos
Objetivo Geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Objetivos Específicos	
Responsável pelo programa no SFA-ES	VANDERLI IGNEZ
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas - Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas. - Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais - Taxa de Conformidade de Inoculantes. - Material Genético Animal em conformidade com as normas de produção comercialização.
Publico Alvo	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

2.3.1.3.1 - AÇÃO 2179 – FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS - FISCALSEM

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade das sementes e das mudas disponibilizadas para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por consequência, a contribuir para a sustentabilidade do agronegócio.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos processos de: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas-RENASEM; 3) fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas a inscrição e credenciamento; 4) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos. O processo de fiscalização é executado pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA situadas nas Unidades da Federação em colaboração e sob a coordenação da CSM/DFIA, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DFIA/MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG
Coordenador Nacional da Ação	JOSÉ NEUMAR FRANCELINO

Análise:

a) Principais resultados:

Foram previstas 1.366 fiscalizações e executadas 1.543 fiscalizações, obtendo-se um índice superior a 112,95% de execução. As ações previstas foram executadas em sua plenitude atingindo os objetivos previstos de publicidade e aplicação das normas vigentes de sementes e mudas.

No ano de 2009, foram inscritos/credenciados 132 novos RENASEMs, um aumento de 15% no número de inscritos/credenciados totais.

Foram vistoriadas pelos FFAs 533 unidades de propagação de mudas, perfazendo um total aproximado de 60 milhões de mudas fiscalizadas, conforme tabela I do anexo II deste relatório.

Em relação ao desempenho financeiros, foi programado o valor de R\$ 101.589,08 (cento e um mil quinhentos e oitenta e nove reais e oito centavos), empenhado o valor de R\$ 107.449,33 (cento e sete mil quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos) sendo liquidado o valor de R\$ 65.680,98 (sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta reais e noventa e oito centavos), conforme informações contidas no anexo I deste relatório no PI FISCALSEM.

b) Principais problemas:

Crescimento da demanda por fiscalizações, estrutura de trabalho deficiente – falta de Sede própria, falta de harmonização de procedimentos entre os Estados.

c) Contratações e Parcerias:

Parceria efetivada entre a Superintendência Federal de Agricultura e a Associação dos Produtores de Sementes e de Mudas do Espírito Santo visando garantir a qualidade e a sanidade das sementes e mudas produzidas no Estado – Projeto PlantarES. A parceria conta com diversos outros órgãos de fiscalização, extensão rural, fomento e pesquisa.

d) Transferências: Não houve

2.3.1.3.2 - AÇÃO 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	80971 - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
Coordenador Nacional da Ação	BERONETE BARROS ARAUJO
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG

Análise:

a) Principais resultados:

Foram realizadas 05 fiscalizações em estabelecimentos avícolas de reprodução, sendo 03 em estabelecimentos registrados (incubatório, matrizeiro e criatório de ratitas) e 02 em granjas de recria em processo de registro).

Em relação ao desempenho financeiro, houve demanda de gastos com diárias, passagem aérea e material de consumo. Podemos afirmar que o valor dos créditos empenhados foi de R\$ 2.528,94 (dois mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos) e pago R\$ 2.317,89 (dois mil trezentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos), conforme informações contidas no anexo I PI FISCGENE, deste Relatório.

b) Principais problemas:

Insuficiência numérica de pessoal técnico e de apoio administrativo

c) Contratações e Parcerias: não houve

d) Transferências: não houve

2.3.1.3.3 - AÇÃO 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal..
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	80971 - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG
Coordenador Nacional da Ação	FERNANDA MARCUSSE TUCCI

Análise:

a) Principais resultados:

No ano de 2009 foram realizadas 39 fiscalizações, sendo 30 em estabelecimentos fabricantes e 09 em comerciantes; coleta de 69 amostras para análise fiscal; 21 autos de infração.

Em relação ao desempenho financeiro foi descentralizado o valor de R\$ 8.955,88 (oito mil novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), empenhado R\$ 8.022,83 (oito mil vinte e dois reais e oitenta e três centavos) sendo pago o valor de R\$ 7.853,69 (sete mil oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e nove centavos). Tais despesa foram destinadas a atender de deslocamento com diárias, material de consumo, conforme informações contidas no PI FISCINAN do anexo I deste Relatório.

b) Principais problemas:

Insuficiência numérica de pessoal técnico e de apoio administrativo.

c) **Contratações e Parcerias:** não houve

d) **Transferências:** não houve

2.3.1.3.4 - AÇÃO 2140 FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	80971 - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG
Coordenador Nacional da Ação	MARCOS VINÍCIUS DE S. LEANDRO JR.

Análise:

a) Principais resultados:

Em 2009 foram realizadas 19 fiscalizações, sendo 1 em estabelecimentos fabricantes, 11 em comerciantes, 1 em armazém alfandegário, 1 em prestador de serviço e 5 em distribuidoras.

Em relação ao desempenho financeiro, foi descentralizado no PI FISPROVET o valor de R\$ 1.170,80, empenhado o valor de R\$1.170,80 e pago R\$ 621,08, conforme demonstrado no anexo I PI FISPROVET deste Relatório.

b) Principais problemas:

Insuficiência numérica de pessoal técnico e de apoio administrativo.

c) **Contratações e Parcerias:** não houve

d) **Transferências:** não houve

2.3.1.3.5 - Ação 2909 - FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos agrotóxicos e afins disponibilizadas para a agricultura nacional, com vistas a assegurar ao combate as pragas das culturas com o mínimo dano possível ao meio ambiente e por consequência contribuindo assim para a sustentabilidade do agronegócio. Garantir a segurança no uso do agrotóxico em relação aos seres humanos, aos animais e ao meio ambiente, atendendo legislação vigente.
Descrição	A atividade de fiscalização de agrotóxicos e afins tem respaldo na Lei 7.802/89 e no Decreto 4.074/2002. A sua execução se realiza nas indústrias produtoras, no insumo importado e exportado, nas unidades de

	pesquisa que realizam teste para fins de registro de agrotóxicos e nas empresas credenciadas para realizarem expurgo. As Atividades que se realizam como sendo “Fiscalização” do ponto de vista programático, na realidade é um conjunto de processos que se inicia com o registro do insumo. O registro de agrotóxicos além de ser complexo a ponto de envolver dois outros Ministérios (Meio Ambiente representado pelo IBAMA e o da Saúde representado pela ANVISA) estão associados a ela, fiscalização, os processos amostral e de análise laboratorial. Ao poder público cabe tratar com todo zelo dessas questões sob pena de, no futuro, vermos comprometidas o espaço conquistado pelo país no mercado externo de produtos agropecuários. A criação e manutenção da confiança dos compradores dependem em muito da capacidade de execução das atividades e de controle de qualidade, exigidas do Estado, principalmente pelos compradores externos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DFIA/MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG
Coordenador Nacional da Ação	LUIZ EDUARDO PACIFICI RANGEL

Análise:

a) Principais resultados:

Foram previstas 13 fiscalizações e executadas 07 fiscalizações em estabelecimentos das empresas credenciadas, obtendo-se um índice 53,8% de execução. Não foram realizados acompanhamentos/fiscalizações nos terminais de cargas, para o comércio internacional. Os tratamentos fitossanitários realizados no comércio internacional, no Espírito Santo, são quase na totalidade, em embalagens de madeira que acondicionam pedras ornamentais, e, devido à crise no comércio internacional, a demanda neste setor foi muito baixa. Apenas 06 (seis) empresas estão realizando tratamento fitossanitário nos terminais de cargas. O desempenho físico desta ação está contido na tabela 3 do anexo II deste relatório.

Os recursos descentralizados no PI FISAGROTOX não foram suficiente e tiveram que ser reprogramados, em função de despesas com eventos (encontro Nacional de Agrotóxicos realizado em Vitória; Curso de relatoria em Foz de Iguaçu e Encontro de Agrotóxicos em Goiânia).

Assim, foi descentralizado o valor de R\$ 32.477,08 e liquidado o valor de R\$ 30.714,94, tendo um desempenho de 94,66%, conforme informações contidas no anexo I, PI FISAGROTOX .

Principais problemas:

Necessidade de mais um fiscal na fiscalização da realização de tratamento fitossanitário nos terminais de cargas;

Necessidade de aquisição de equipamento para medição de gases (Brometo de Metila)

c) Contratações e Parcerias: não houve

d) Transferências: não houve

2.3.1.3.6 AÇÃO 0103 - FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	ANDRÉ MARDEGAN
Unidade Executora	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG

Analise:

a) Principais resultados:

Em 2009 obtivemos dados significativos relacionados à utilização de aeronaves agrícolas para aplicação de herbicidas, fungicidas, inseticidas, adubação foliar em lavouras, pastagens e florestas no E. Santo até o mês de agosto, conforme quadro:

Área Trabalhada (ha)

Empresas	Banana	Café	Cana	Eucalipto	Mamão	Macadâmia	Seringueira	Pastagem	TOTAL
AERO VERDE AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA	519	4.861,80	0	120	0	0	111,3	0	5.612,10
TERCEIRO MILÊNIO AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA	874,5	7.152,10	1.170,29	0	42	450	297	395	10.380,89
SUBTOTAL	1.393,50	12.013,90	1.170,29	120	42	450	408,3	395	15.992,99

A empresa Aero Verde Aviação Agrícola Ltda, com sede em Jacupemba – Aracruz/ES, prestou serviços aeroagrícolas no Estado da Bahia em área de 8.886,83ha.

A empresa Terceiro Milênio Aviação Agrícola Ltda, possui sede em Guarapuava/PR, prestou serviços aeroagrícolas com autorização fornecida pela SFA/ES.

b) Principais problemas:

Não obrigatoriedade do prestador de serviços informar ao SEFAG/DT-ES o local, a data e o horário da realização dos trabalhos de aeroagrícolas.

c) Contratações e Parcerias: O Ministério Público Estadual, o IDAF e as Prefeituras solicitam esclarecimentos de nossa atuação no setor, quando há denúncias, geralmente por moradores vizinhos das áreas trabalhadas.

d) Transferências: Não houve.

2.3.1.3.7- AÇÃO 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTE , CORRETIVOS E INOCULANTES.

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Garantir a qualidade dos insumos ofertados aos comerciantes, produtores, verificando se produto atende conformidades legais.
Descrição	Fiscalização de Fertilizante, Corretivos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DFIA/MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG
Coordenador Nacional da Ação	HIDERALDO JOSE COELHO

Análise:

a) Principais resultados:

Foram previstas 755 (setecentos e cinquenta e cinco) fiscalizações e executadas 821(oitocentas e vinte e uma) fiscalizações, obtendo-se um índice de 108,74% de execução. Foram realizadas 581 amostras em 13.340,985 toneladas de produtos que foram analisados, resultando na apreensão de 78 toneladas de fertilizante mineral misto, emissão de 166 autos de infração, resultando na aplicação de 149 multas no valor total de R\$ 667.620,00. As ações previstas foram executadas em sua plenitude atingindo os objetivos previstos e aplicação das normas vigentes. O desempenho das metas físicas está contido na Tabela 2 do anexo II deste relatório. Para o atingimento dos resultados propostos nesta ação, foi descentralizado o montante de R\$ 91.488,83 e liquidado o valor de R\$ 90.662,49, no PI FISFECOI, conforme informações contidas no anexo I, deste relatório.

b) Principais problemas:

Não definição da jornada de trabalho sob a forma de escala/plantão.
Espaço físico na sede da SFA/ES insuficiente para a atividade.

c) Contratações e Parcerias: Não houve

d) Transferências: Não Houve

2.3.1.4 – PROGRAMA 0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do sistema de propriedade intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.
Coordenador Nacional	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Coordenador Estadual das ações do programa	Antonio Alfredo Gusella
Indicadores ou parâmetros utilizados	▪ Produtor atendido
Público Alvo	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

2.3.1.4.1.1 - AÇÃO 2B47 - FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o consequente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo) Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG. Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; Incremento da produção de produtos agropecuários que tem potencial de reconhecimento como IG com vistas a melhoria da qualidade destes produtos; Auditorias das cadeias produtivas protegidas como IG.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	Coordenação de Incentivo a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.
Coordenador Nacional da Ação	BIVANILDA ALMEIDA TAPIAS

Análise:

a) Principais resultados:

Durante o ano de 2009 as seguintes ações foram desenvolvidas em parceria com a Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG/DEPTA/SDC/MAPA:

Ações	Quantidade
1. Apresentação de Palestra durante a Semana da Agronomia da Faculdade Espírito-Santense de Administração – FAESA, Out/2009. Público-alvo: 150 pessoas	01

Por iniciativa da Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG/DEPTA/SDC/MAPA foram viabilizados cursos, reuniões e visitas técnicas, conforme abaixo especificado:

1. Participação em reuniões técnicas promovidas pela CIG 1.1. Reunião da CIG/CAPTA – Ago/2009 1.2. Reunião Técnica em Fortaleza – Nov/2009 1.3. Reunião Técnica em Bento Gonçalves – Dez/2009	03
2. Visita Técnica à região do Cerrado mineiro – Ago/2009 - Número de participantes 7	01
3. Participação em Cursos e treinamentos 3.1. Curso de Curta Duração em Biotecnologia – Ago/2009 3.2. Curso de Propriedade Intelectual e Inovação do Agronegócio, Módulo 1 – Jul-Set/2009 3.3. Curso de Propriedade Intelectual e Inovação do Agronegócio, Módulo 2 – Set-Dez/2009	03

As atividades de Fomento às Indicações Geográficas de Produtos Agropecuários trouxeram os seguintes benefícios:

- a) Difusão dos conhecimentos sobre Indicações Geográficas de Produtos Agropecuários para 150 pessoas, mediante palestra proferida na Semana de Agronomia da FAESA;
- b) Capacitação de 3 Fiscais Federais Agropecuários, pertencentes ao quadro funcional do SEPDA-ES em Propriedade Intelectual e Inovação do Agronegócio;
- c) Intercambio de experiência em Indicações Geográficas de café para 7 Fiscais Federais Agropecuários.

Através dos créditos orçamentários descentralizados pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG/DEPTA foi possível a participação em 3 reuniões técnicas sobre Indicações Geográficas; o intercâmbio cultural sobre Indicação Geográfica de Café e ainda a Capacitação de 3 Fiscais Federais Agropecuários da SFA-ES.

Para o desenvolvimento desta ação foram descentralizados créditos no PI INDIGRAF, no valor de R\$ 19.236,80 e liquidado no mesmo valor, conforme informações contidas no anexo I deste relatório.

b) Principais problemas:

Indefinição sobre a aditivação do convênio nº 42001357200700115, celebrado com a PRONOVA em 2007. O processo encontra-se na Consultoria Jurídica do MAPA e os recursos

depositados em caderneta de poupança, aguardando, este Serviço, de orientação da Coordenação Geral de Parcerias Institucionais – CGPI/SDC/MAPA.

c) Contratações e Parcerias:

Convênio nº 42001357200700115, no valor de R\$97.076,94, celebrado entre a SDC/MAPA e a PRONOVA, objetivando o estabelecimento de Indicação Geográfica, na modalidade de indicação de procedência, para o Café das Montanhas do Espírito Santo.

d) Transferências – NÃO HOUVE

2.3.1.5 - PROGRAMA 6003 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Tabela - Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário
Coordenador Nacional	Marcio Candido Alves
Responsável pelo programa na SFA-ES	Antonio Alfredo Gusella
Indicadores ou parâmetros utilizados	▪ Projeto apoiado
Público Alvo	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

2.3.1.5.1 - AÇÃO 7H17 – APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

a) Principais resultados:

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário tem por objetivo viabilizar infra-estrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações. Os recursos destinados aos projetos são originários das emendas parlamentares consignadas no Orçamento Geral da União.

Para viabilizar o Programa, o MAPA faz a seleção das emendas parlamentares; os municípios contemplados inserem suas propostas no Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV, cabendo à equipe do SEPDAG a análise da compatibilidade dos objetos e das metas, em relação às ações estabelecidas pela Portaria MAPA nº 1.232 de 23 de dezembro de 2008. A contratação, repasse dos recursos, acompanhamento dos projetos e análise da prestação de contas é feita pela Caixa Econômica Federal, na condição de mandatária da União.

Para o desenvolvimento desta ação foram empenhados e liquidado créditos no PI APOIOPEC, no valor de R\$ 33.125,00, para atender despesas com deslocamento, conforme informações contidas no Anexo I deste relatório.

Durante o ano de 2009 foram analisadas e aprovadas pela SFA-ES 88 propostas, totalizando um valor de repasse de R\$ 20.631.000,00, porém por problemas de inadimplência, somente 73 contratos de repasse foram celebrados entre a Caixa Econômica Federal e as entidades públicas beneficiados, totalizando um repasse no valor de R\$ 18.193.500,00 conforme quadro a seguir.

Nº	Beneficiário	Objeto	Valor de Repasse
1	Afonso Claudio	Aquisição de uma retroescavadeira	195.000,00
2	Afonso Claudio	Aquisição de patrulha mecanizada	97.500,00
3	Água Doce do Norte	Aquisição de uma máquina retroescavadeira	195.000,00
4	Águia Branca	Aquisição de patrulha mecanizada	243.750,00
5	Águia Branca	Aquisição de patrulha mecanizada	448.500,00
6	Alegre	Aquisição de dois caminhões basculantes	292.500,00
7	Alegre	Aquisição de caminhão caçamba basculante	146.250,00
8	Alegre	Aquisição de uma retroescavadeira	195.000,00
9	Alfredo Chaves	Aquisição de um caminhão caçamba	195.000,00
10	Alto Rio Novo	Aquisição de uma retroescavadeira	175.500,00
11	Aracruz	Construção de um centro de beneficiamento de mel	243.750,00
12	Boa Esperança	Apoio a Proj. de Des. do Setor Agropecuário	185.250,00
13	Boa Esperança	Construção de galpão para armazenagem de café	292.500,00
14	Bom Jesus do Norte	Aquisição de um caminhão caçamba	146.250,00
15	Bom Jesus do Norte	Aquisição de patrulha mecanizada	156.000,00
16	Bom Jesus do Norte	Aquisição de patrulha mecanizada	146.250,00
17	Cachoeiro de Itapemirim	Aquisição de um caminhão com carroceria	97.500,00
18	Cachoeiro de Itapemirim	Aquisição de retroescavadeira	97.500,00
19	Castelo	Aquisição de retroescavadeira	195.000,00
20	Conceição do Castelo	Construção da casa do produtor	292.500,00
21	Conceição do Castelo	Aquisição de uma motoniveladora	390.000,00
22	Domingos Martins	Aquisição de dois tratores agrícolas	146.250,00
23	Domingos Martins	Aquisição de uma retroescavadeira	195.000,00
24	Domingos Martins	Aquisição de um trator e uma retroescavadeira	243.750,00
25	Dores do Rio Preto	Aquisição de uma retroescavadeira	156.000,00
26	Ecoporanga	Aquisição de patrulha mecanizada	117.000,00
27	Ecoporanga	Aquisição de pá carregadeira	292.500,00
28	Ecoporanga	Aquisição de uma motoniveladora	536.250,00
29	Guarapari	Aquisição de patrulha mecanizada	292.500,00
30	Ibatiba	Aquisição de uma retroescavadeira	195.000,00
31	Ibatiba	Aquisição de patrulha mecanizada	390.000,00
32	Ibatiba	Aquisição de patrulha mecanizada	585.000,00
33	Ibitirama	Aquisição de patrulha mecanizada	146.250,00
34	Iconha	Aquisição de uma pá carregadeira	243.750,00
35	Itaguaçu	Aquisição de uma retroescavadeira	146.250,00
36	Itarana	Aquisição de patrulha mecanizada	341.250,00
37	Iuna	Aquisição de patrulha mecanizada	234.000,00
38	Iuna	Aquisição de pá carregadeira	195.000,00
39	Iuna	Aquisição de caminhão basculante	156.000,00
40	Iuna	Aquisição de retroescavadeira	195.000,00
41	Iuna	Aquisição de patrulha mecanizada	585.000,00
42	Jaguare	Construção de 3 galpões para armazenagem de café	146.250,00
43	Mantenópolis	Aquisição de trator e implementos agrícolas	146.250,00
44	Mantenópolis	Aquisição de retroescavadeira	195.000,00
45	Montanha	Aquisição de uma escavadeira hidráulica	292.500,00
46	Montanha	Aquisição de retroescavadeira	195.000,00
47	Muniz Freire	Aquisição de uma patrulha mecanizada	780.000,00
48	Muniz Freire	Aquisição de trator agrícola e grade aradora	97.500,00
49	Muniz Freire	Aquisição de uma retroescavadeira	185.250,00
50	Muqui	Aquisição de um rolo compactador vibratório	195.000,00
51	Nova Venécia	Aquisição de uma retroescavadeira	97.500,00
52	Pancas	Aquisição de uma retroescavadeira	146.250,00
53	Pancas	Aquisição de uma pá carregadeira	292.500,00
54	Pedro Canário	Aquisição de uma pá carregadeira	234.000,00
55	Pedro Canário	Aquisição de um caminhão basculante	126.750,00
56	Pedro Canário	Aquisição de uma retroescavadeira	146.250,00
57	Ponto Belo	Aquisição de uma retroescavadeira	243.750,00

58	Ponto Belo	Aquisição de um trator agrícola	97.500,00
59	Rio Bananal	Aquisição de um caminhão caçamba	146.250,00
60	Rio Bananal	Aquisição de uma pá carregadeira	195.000,00
61	Santa Maria de Jetibá	Aquisição de patrulha mecanizada	243.750,00
62	Santa Teresa	Aquisição de um rolo compactador	195.000,00
63	São Domingos do Norte	Aquisição de uma retroescavadeira	243.750,00
64	São Domingos do Norte	Aquisição de um trator com grade aradora	97.500,00
65	São Gabriel da Palha	Aquisição de uma retroescavadeira	146.250,00
66	São Jose do Calcado	Aquisição de um caminhão basculante	146.250,00
67	São Jose do Calcado	Aquisição de uma retroescavadeira	214.500,00
68	São Jose do Calcado	Aquisição de um caminhão basculante	156.000,00
69	São Mateus	Aquisição de uma motoniveladora	243.750,00
70	São Roque do Canaã	Aquisição de uma retroescavadeira	195.000,00
71	SEAG	Aquisição de patrulha mecanizada	2.145.000,00
72	Vargem Alta	Aquisição de um caminhão caçamba	146.250,00
73	Venda Nova do Imigrante	Aquisição de uma carregadeira hidráulica	243.750,00
	TOTAL		18.193.500,00

b) Problemas enfrentados:

A análise das propostas dos contratos de repasse, inseridas no SICONV, exigiu uma dedicação quase que exclusiva da equipe técnica do SEPDA/DT-ES, formada por três Fiscais Federais Agropecuários, incluindo a Chefia, pois cada proposta teve que ser realizada por 2 ou 3 vezes, devido a grande quantidade de erros no preenchimento. Como o SICONV não tem vinculação com a situação de adimplência dos proponentes, 15 projetos analisados e aprovados não puderam ser contratados por problema de inadimplência no CAUC. Outro agravante foi a lentidão do sistema, devido a um grande número de acessos simultâneos.

2.3.1.5.2 - AÇÃO 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o MAPA e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, por amostragem de contratos de repasse, firmados com o Ministério da Agricultura, mediante descentralização de créditos às Superintendências Regionais de Agricultura para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos e motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo. Como subsídio a essas atividades são promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/Caixa Econômica Federal e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência e vistas em loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL E LOGÍSTICA
Coordenador Nacional da Ação	LEONARDO MOTA GUSMÃO DA SILVA

Análise: Para o desenvolvimento desta ação foi empenhado e liquidado crédito no valor de R\$ 7.566,00, para atender despesas com diárias, passagem aérea, e serviços de terceiros, conforme informações contidas no anexo I deste relatório.

a) Principais resultados:

Foram fiscalizados 30 contratos de repasse celebrados no Espírito Santo., selecionados pelo Departamento de Infraestrutura Rural e Logística – DIEL/SDC/MAPA, conforme relação a seguir:

Município	Contrato/Ano	Valor do Repasse	Objeto
Afonso Cláudio	0168317-59/2004	250.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Alegre	0179258-14/2005	195.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Alfredo Chaves	0226778-70/2007	195.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Alfredo Chaves	0239482-76/2007	168.536,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Alfredo Chaves	0244239-16/2007	390.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Baixo Guandu	0176260-57/2005	195.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Boa Esperança	0166331-94/2004	100.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Cachoeiro de Itapemirim	0202277-04/2006	97.500,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Divino de São Lourenço	0233042-15/2007	78.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Ecoporanga	0196821-52/2006	152.100,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Governador Lindenberg	0196822-66/2006	136.500,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Irupi	166332-07/2004	100.00,00	Aquisição de Máq. Benefic. de Café
Itaguaçu	0177062-72/2005	195.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Itaguaçu	0186142-22/2005	146.250,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Itaguaçu	0197239-19/2006	287.625,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Itaguaçu	0231596-71/2007	195.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Itarana	0166859-70/2004	250.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Itarana	0196824-84/2006	78.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Mucurici	0176267-25/2005	146.250,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Muniz Freire	0196828-20/2006	117.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Nova Venécia	0186184-25/2005	341.250,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Pancas	0132392-14/2001	60.000,00	Construções Rurais e Agroindústrias
Pinheiros	0226774-32/2007	341.250,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Rio Bananal	0226783-43/2007	195.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Santa Leopoldina	0196830-63/2006	63.375,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Santa Maria de Jetibá	0196831-77/2006	126.750,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
São Domingos do Norte	0202272-54/2006	97.500,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
São Roque do Canaã	0196833-95/2006	78.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Vargem Alta	0166338-63/2004	170.000,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada
Vila Valério	0228358-32/2007	97.500,00	Aquisição de Patrulha Mecanizada

b) Principais problemas:

Os principais problemas detectados na fiscalização foram: ausência de identificação nas máquinas, ausência de garagem coberta para abrigo das máquinas, falta de operador de máquinas, ausência de controle de uso das máquinas e implementos e finalidade diversa à constante do Plano de Trabalho. As prefeituras serão notificadas para correção dos problemas verificados.

2.3.1.6 - PROGRAMA 1442 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO AGRONEGOCIO

Tabela - Dados gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Coordenador Estadual do programa	ANTONIO ALFREDO GUSELLA
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número de tecnologias protegidas no âmbito do agronegócio nacional Taxa de participação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas Taxa de participação de associados de associações rurais e cooperativas na população brasileira Taxa de participação dos alimentos orgânicos na produção agropecuária brasileira Taxa de utilização e manejo adequados do solo
Publico Alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

2.3.1.6.1 – AÇÃO 4720 - APLICACAO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGANICA

Tabela – Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade do produto orgânico
Descrição	Credenciamento e fiscalização do exercício de entidades certificadoras de produtos orgânicos por técnicos do MAPA.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA
Área Responsável pela Execução	SFAES
Coordenador Nacional da Ação	ROGÉRIO PEREIRA DIAS

Análise:

a) Principais resultados:

Capacitação de três servidores na fiscalização da conformidade orgânica.

b) Principais problemas :

c) Contratações e Parcerias – NÃO HOUVE

d) Transferências – NÃO HOUVE

2.3.1.6.2 - AÇÃO 8560 - FOMENTO A INOVACAO NO AGRONEGOCIO

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Estimular a ampliação do capital intelectual protegidos no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários as inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.
Descrição	Aquisição de material permanente, celebração de acordos de cooperação,

	convênios e contratos; realização de levantamentos para identificação de demandas; sensibilização e mobilização de instituições governamentais, produtores rurais, suas organizações coletivas, indústrias de insumos, empresas de melhoramento, agroindústrias, instituições de pesquisa, ensino, de assistência técnica e extensão rural, por meio de seminários, reuniões, fóruns e publicações, para elaboração e implementação de ações integradas e projetos participativos, a utilização do instrumento da propriedade intelectual na orientação de estratégias com foco em inovações tecnológicas para o agronegócio e no desenvolvimento agropecuário sustentável. Fortalecimento de parcerias nos níveis federal, estadual e municipal, como a EMBRAPA, INPI, OEPA, universidades, MDIC, MCT, MMA, MDA, MI, MRE, sistema "S", instituições e agentes envolvidos com assistência técnica e extensão rural, iniciativa privada, representações de classe e da sociedade civil organizadas, ONG, empresas de melhoramento genético e detentores de coleções e bancos de germoplasmas, entre outros; apoio a projetos, iniciativas inovadoras e atividades, de forma direta ou descentralizada, por meio de convênios, contratos, termos de cooperação com estados, municípios, instituições e organizações da sociedade civil. Promover parcerias e apoiar ações integradas de: a) Promoção da implantação de núcleos de inovação tecnológica, necessários no sistema público de pesquisa agropecuária, focados nas demandas do agronegócio; b) Disseminação da cultura, intercâmbios, eventos e capacitação de agentes públicos e privados em estratégias de uso de propriedade intelectual, em biotecnologia e em agricultura de precisão; c) Identificação e reprodução de experiências bem sucedidas em inovações tecnológicas desenvolvidas por organizações coletivas de produtores rurais, indústrias de insumos agropecuários e agroindustriais, em articulação com instituições de pesquisa, ensino, agentes e setores envolvidos com transferência de tecnologia; d) Apoio às iniciativas voltadas ao desenvolvimento da bioindústria e da biotecnologia agropecuária, em cumprimento ao estabelecido pela Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, na área da agropecuária; e) Apoio ao desenvolvimento da agricultura de precisão e engenharia agrícola; f) Apoio às iniciativas inovadoras e à construção e socialização do conhecimento voltados para a produção e o desenvolvimento sustentável do agronegócio; g) Promoção, acompanhamento e monitoramento dos processos de fomento da propriedade.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária/SDC
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SDC
Coordenador Nacional da Ação	MARILENA DE ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA

Análise:

a) Principais resultados:

Esse programa é desenvolvido pela Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária, pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA. Os créditos orçamentários descentralizados no PI INOVAGRO foram utilizados para custear as despesas de deslocamento, objetivando participar de reunião nacional promovida por essa Coordenação, conforme anexo I deste relatório.

2.3.1.6.3 - ACÃO 8591 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	

Descrição	Os Projetos, através de convênios, serão implementados em parceria com instituições de ensino e pesquisa, SENAR, SEBRAE, EMATER, Órgãos de Governo Estadual e Municipal, Associações de Produtores e Cooperativas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	
Coordenador Nacional da Ação	SÁVIO JOSÉ BARROS DE MENDONÇA

Análise:

a) Principais Resultados

Acompanhamento do Projeto de Produção Integrada de Raízes, desenvolvido pelo INCAPER, em Santa Leopoldina/ES.

As informações referente ao desempenho financeiro está contido no anexo I , PI – APOIAGRIC.

b) Principais Problemas

c) Contratações e Parcerias –

A ação de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas é desenvolvida pela Coordenação-Geral de Sistemas de Produção Integrada - CGSPR/DEPROS, mediante parcerias com as instituições oficiais de pesquisa, objetivando o desenvolvimento do sistema agropecuário de produção integrada – SAPI. Os créditos orçamentários descentralizados no PI APOIAGRIC foram utilizados para custear as despesas de deslocamento para acompanhamento do Projeto de Produção Integrada de Raízes, em execução pelo INCAPER, em Santa Leopoldina., conforme anexo I deste relatório.

d) Transferências – NÃO HOUVE

2.3.1.6.4 - ACÇÃO 8598 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUARIAS

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, com a Boas Práticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.
Descrição	A ação será feita pela regulamentação e apoio a Provas Zootécnicas, a Provas de Performance, Atividades Turfísticas e Hípicas, ao Serviço de Registro Genealógico e aos Programas de Melhoramento Genético, por meio de análise documental e convênios com instituições de Ensino e Pesquisa, Extensão Rural, Órgãos de Governos Federal, Estadual e Municipal, Associações de Produtores, Cooperativas e entidades afins; além de, fiscalizar "in loco" a conformidade dos serviços e programas realizados por estas entidades quanto às legislações vigentes e outros documentos regulatórios próprio das mesmas, enviados ao MAPA.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	COORDENAÇÃO DA PRODUÇÃO INTEGRADA DA CADEIA PECUARIA - CPIP/SDC

Coordenador Nacional da Ação	<u>SÁVIO JOSÉ BARROS DE MENDONÇA</u>
-------------------------------------	--------------------------------------

Análise:

a) Principais resultados:

Não foram desenvolvidas ações de desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias no Estado do Espírito Santo.

2.3.1.6.5 – AÇÃO 8606 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacionais e internacionais; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere a geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento, articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição	Implementação de projetos de acordo com as prioridades definidas para cada unidade da federação pelas Comissões da Produção Orgânica de cada UF e em consonância com as prioridades estabelecidas com os demais parceiros. Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. Para a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica serão realizados: o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos no âmbito da Ministério da Agricultura, tais como alimentos, bebidas e insumos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos. Em paralelo à regulamentação e implementação das ações para a certificação e fiscalização da produção orgânica deverão estar sendo desenvolvidas ações de pesquisa, desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias que venham a melhorar a capacidade produtiva e a qualidade e diversidade de produtos em conformidade com os padrões de produto orgânico para que possam ser certificados. A promoção, divulgação e esclarecimento ao público sobre as normas para a produção de produtos orgânicos e sobre sua certificação deverão ter início assim que o sistema de certificação esteja implantado.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	Coordenação de Agroecologia –COAGRE/DEPROS
Coordenador Nacional da Ação	<u>ROGÉRIO PEREIRA DIAS</u>

Análise:

a) Principais resultados:

Para o desenvolvimento da Agricultura Orgânica no Estado do Espírito Santo, as seguintes atividades foram priorizadas: Recomposição da Comissão da Produção Orgânica – CPOrg-ES; realização da V Semana dos Alimentos Orgânicos, durante o mês de maio, objetivando o esclarecimento dos consumidores; participação no Seminário Estadual de Agroecologia em Santa Maria de Jetibá, durante o mês de setembro e palestras para estudantes da rede pública de ensino fundamental de Vitória.

Como parte da programação da V Semana dos Alimentos Orgânicos, as seguintes atividades foram desenvolvidas: inserções na mídia voluntária (TV, rádios e mídias impressa) para esclarecimento da população sobre produtos orgânicos; Seminário sobre Agricultura Orgânica para esclarecimento do público interno da SFA-ES; panfletagem nas feiras livres de Vitória e palestras sobre Produtos Orgânicos para cerca de 500 estudantes da rede pública de ensino fundamental de Vitória.

O Seminário Estadual de Agroecologia foi realizado no município de Santa Maria de Jetibá em conjunto com o evento Bio & Flores, com a participação da SFA-ES. Esse evento atingiu um público alvo de cerca de 300 pessoas, constituído por agricultores, empresários rurais, técnicos, dirigentes de cooperativas e associações, instituições de ensino, consumidores e estudantes interessados no setor orgânico.

Durante o mês de novembro foi proferida palestra sobre produtos orgânicos para cerca de 300 estudantes de ensino fundamental da rede pública do município de Vitória.

Para o ano de 2009 foi previsto inicialmente o atendimento de um público de 150 pessoas. Como as atividades desenvolvidas priorizaram o atendimento de forma coletiva, através de eventos, feiras e palestras para estudantes da rede pública de ensino o público atingido ficou muito acima dessa previsão inicial, com um total de 1.110 pessoas atendidas pela ação de desenvolvimento da Agricultura Orgânica no Estado do Espírito Santo. Como esse foi o primeiro ano que ocorreu a descentralização das ações no SIPLAN, pode se constatar que não se conhece o público-alvo beneficiado pelas ações do programa, notadamente quando são desenvolvidas atividades para atendimento coletivo.

b) Principais Problemas

c) Contratações e Parcerias – NÃO HOUE

d) Transferências – NÃO HOUE

2.3.1.7 - PROGRAMA 0350 – DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

Tabela - Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.
Coordenador Nacional	Lucas Ferreira
Coordenador Estadual das ações do programa	José Umbelino Lemos Monteiro de Castro
Indicadores ou parâmetros utilizados	▪ Estoque conservado
Público Alvo	Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.

2.3.1.7.1 - AÇÃO 2825 - FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA - CONSERVAÇÃO DOS ESTOQUES REGULADORES DE CAFÉ

O estoque de café armazenado na Unidade Armazenadora de Café de Vitória – UAC-Vitória, localizada no Bairro de Jardim da Penha é de 39.830 sacas de 60 kg.

Os créditos orçamentários descentralizados pelo Departamento de Café, pertencente a estrutura da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA, no PI ESTOQUE, foram utilizados para custear as despesas de manutenção da UAC-Vitória, conforme informações contidas no Anexo I, deste relatório.

2.3.1.7.2 - AÇÃO 8592 - DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE AGROALIMENTAR

Tabela - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acessos dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo; assegurando a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.
Descrição	Identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CSISBOV/SDA/MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	DT/SFA-ES
Coordenador Nacional da Ação	NAOR MAIA LUNA
Competências Institucionais pra a execução da ação	Portaria MAPA N° 300, de 16.06.2005, Capítulo III, Seção II, Artigo 20, Inciso I, alíneas “b”, “n”, “o”, “p”, “q”, Inciso IV, alíneas “a”, “d”, “f”. Art. 20. Ao Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDA/DT-UF) compete: I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a: rastreabilidade;

Análise:

a) Principais resultados:

As atividades de fiscalização no ano de 2009, do Sistema de Rastreabilidade compreendeu ações de auditoria em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV – ERAS, Certificadoras.

O Espírito Santo possui um Frigorífico habilitado para exportação, localizado no município de Colatina.

A equipe de auditores capacitados para execução das auditorias no Estado está constituída de 07 Fiscais Federais Agropecuários e 16 Médicos Veterinários Estaduais do IDAF.

Todas as ações de auditoria em ERAS são executadas pelo MAPA e IDAF de forma conjunta, sendo os dados e informações supervisionados pelo Ministério da Agricultura, através da SFA-ES.

As atividades de auditoria estão vinculadas da demanda externa dos ERAS que solicitam inclusão no sistema de rastreabilidade e das metas estipuladas pela CSR/SDA/MAPA para realização de reauditorias.

Fazendo um levantamento da distribuição dos ERAS no Espírito Santo, verificamos que por exceção de 1 ERAS, todos os demais (25 ERAS) estão localizados na região Norte do Estado.

No ano de 2009, foram realizadas 23 auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV - ERAS, sendo 14 reauditorias e 01 auditoria em Certificadora. No mês de abril, foi realizada uma reunião com a participação de todos os auditores para padronização dos procedimentos de auditoria e pós-auditoria, sendo implementado um novo modelo de relatório a ser aplicado nos ERAS.

Em relação ao desempenho financeiro, foi empenhado e liquidado crédito no PI RASTREAB, no valor de R\$ 35.772,48, objetivando atender despesas com diárias, passagem aérea, material de consumo e colaborador eventual, conforme informações contidas no anexo I deste relatório.

b) Principais problemas:

No ano de 2009 não foram verificados maiores dificuldades na execução das ações de auditoria de conformidade nos ERAS.

c) Contratações e Parcerias:

Para esta ação, a SFA-ES conta com parceria do IDAF que disponibiliza força de trabalho de Médicos Veterinários treinados para a execução de auditorias em ERAS.

d) Transferências

Não houve transferências de recursos da SFA/ES-MAPA para o Estado para o desenvolvimento das ações de fiscalização do trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal.

2.3.1.8 – PROGRAMA 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

Tabela – Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Apoio
Objetivo Geral	Prover as unidades da SFA-ES dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Coordenador Estadual do programa	JOSE ARNALDO DE ALENCAR
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público Alvo	Servidores, fornecedores, área técnica, Órgãos Públicos,

2.3.1.8.1 - Ação 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

Tabela – Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custo administrativo da SFA ES, integrante do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticos.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SECRETARIA EXECUTIVA
Unidades Executoras	CGAS
Área Responsável pela Execução	SFA-ES
Coordenador Nacional da Ação	RINALDO JUNQUEIRA DE BARROS

Análise:

a) Principais resultados:

O Serviço de Administração desenvolveu ações no sentido de orientar e implementar os procedimentos em relação a melhoria da Gestão desta Unidade.

Como resultado, pode-se perceber um efetivo controle no que diz respeito aos acompanhamentos dos gastos, referente aos vários processos de contratações e ainda, mecanismos que permitem conhecer os resultados das ações praticadas, em relação aos pagamentos de despesas custeio desta SFA.

Em levantamento realizado junto aos vários setores e seções da Superintendência verificamos a necessidade de aquisição de mobiliários como forma de suprir as necessidades para um bom funcionamento da Unidade. Em vista disto providenciamos, através de adesão a Registro de Preço, a compra de mobiliários, o que fará gerar a satisfação dos clientes internos e externos da SFA-ES.

A Área Administrativa, não mediu esforço no sentido de prover a SFA dos materiais necessários ao desenvolvimento das varias atividades tanto da área meio quanto da área fim, realizando 10 Pregões e Adesão ao Registro de Preço, visando contratações de Serviço de Terceiros, em proveito desta Unidade.

Foram adquiridos ainda 04 veículos destinados ao atendimento na área de Fiscalização e Fomento.

Para o desenvolvimento das ações de apoio, o Serviço de Administração recebeu crédito orçamentário no PI (Plano Interno) MANUTSFA, no valor de R\$ 1.061.337,99 (Um milhão sessenta e um mil e trezentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos) e Liquidou o montante de R\$ 1.057.418,65 (Um milhão Cinquenta e Sete Mil Quatrocentos e Dezoito Reais e Sessenta e Cinco Centavos) conforme informações contidas no **anexo I** deste relatório. Em relação aos gastos, o elemento de despesa que teve maior destaque foi Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica cujo valor foi de R\$ 711.452,01 (setecentos e onze mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e um centavo) porém, devemos destacar também que deste valor dispensamos um total de R\$ 479.143,45 para cobrir despesas com aluguel da sede da Unidade, sendo R\$ 346.778,45 (trezentos e quarenta e seis mil setecentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) correspondente ao pagamento de Aluguel e R\$132.365,00 correspondente a Condomínio.

Alem dos créditos descentralizados no PI MANUTSFA, tivemos ainda o apoio dos PI AGE E ADM SEDE, que contribuíram para custear despesas com deslocamento de servidores administrativos, convocados para participar de treinamento e reunião em Brasília.

Em 2009 tivemos a nossa força de trabalho reforçada com ingresso de 11 (onze) funcionários Celetistas oriundos do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativismo) tendo uma grande importância para o desenvolvimento de nossas ações e aliado a isto, capacitamos vários servidores na área de licitações e contratos, orçamento e finanças, Gestão de Pessoas e Planejamento Estratégico, fato este que vem representando um grande avanço na gestão administrativa da Unidade.

Ressaltamos que mesmo com a força de trabalho proveniente do BNCC, em face de estarmos a mais de 20 anos sem Concurso Público para cargos da Área Meio, ressentimos ainda a necessidade de reforço do quantitativo de servidores da área administrativa, em razão de grande parte desses servidores já estarem aptos a requererem suas aposentadorias.

b) Principais problemas: Servidores administrativos com nível de escolaridade que limita a sua capacidade produtiva, fazendo gerar várias inconformidades processuais e algumas que oferecem riscos de responsabilidade ao gestor.

Outro fator negativo é em relação de um imóvel próprio para instalação da Sede desta Unidade, provocando um distanciamento dos servidores e ainda não permitindo um perfeito controle de presença e segurança do patrimônio.

A falta de uma estrutura organizacional no setor de informática, com presença de profissionais devidamente capacitados na área, vem gerando um grau de insatisfação entre o quadro de servidores, pois os mais simples problemas em máquina ou rede é fator de paralisação dos serviços, até que consigamos a busca de solução, quando possível, junto aos profissionais em Brasília via on line.

c) Contratações e Parcerias: Para viabilizar as suas ações e alcançar seus resultados, a Unidade realizou as seguintes contratações:

RELAÇÃO DOS CONTRATAS ADMINISTRATIVOS DA SFA-ES - 2009

01 - EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA ABAURRE LTDA	
OBJETO	Locação de imóvel - Sala 06
Nº DO CONTRATO	004/2007
SITUAÇÃO DO PROCESSO	Em vigor
VALOR ANUAL	R\$ 83.467,80
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação - Pesquisa de preço

02 - EMPRESA CONTRATADA: DIONYSIO ABAURRE CINEMAS E PARTICIPAÇÕES LTDA	
OBJETO	Locação de imóvel - Sala 08 (50%)
Nº DO CONTRATO	005/2007
VALOR ANUAL	R\$ 55.027,08
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação - Pesquisa de preço

03 - EMPRESA CONTRATADA: DIONYSIO ABAURRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	
OBJETO	Locação de imóvel - Sala 08 (50%)
Nº DO PROCESSO	21018.002896/2007-27
Nº DO CONTRATO	006/2007
VALOR ANUAL	R\$ 55.027,08
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação - Pesquisa de preço

04 - EMPRESA CONTRATADA: EMBASIL - EMBALAGENS SIDERÚRGICAS LTDA	
OBJETO	Locação de imóvel - 18 salas e 15 vagas de garagem

Nº DO CONTRATO	009/2007
VALOR ANUAL	R\$ 125.984,47
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação - Pesquisa de preço

05 - EMPRESA CONTRATADA: DIONYSIO ABAURRE CINEMAS E PARTICIPAÇÕES LTDA	
OBJETO	Locação de imóvel - 04 salas comerciais
Nº DO CONTRATO	010/2007
VALOR ANUAL	R\$ 24.973,20
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação - Pesquisa de preço

06 - EMPRESA CONTRATADA: SIQUEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	
OBJETO	Serviços de limpeza, conservação e higienização das SFA/ES
Nº DO CONTRATO	005/2008
VALOR ANUAL	R\$ 144.299,64
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão Eletrônico nº 11/2008

07 - EMPRESA CONTRATADA: EMPRESA BRASIL. CORREIOS E TELÉGRAFOS	
OBJETO	Comercialização de produtos postais, serviços postais, transporte de correspondência
Nº DO CONTRATO	006/2008
VALOR ANUAL	R\$ 42.000,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

08 - EMPRESA CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS -	
OBJETO	Serviço de Malote - Coleta/Transporte/Entrega de correspondência agrupada
Nº DO CONTRATO	007/2008
VALOR ANUAL	R\$ 18.000,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

09 - EMPRESA CONTRATADA: CASA DO TONER LTDA	
OBJETO	Locação de 08 máquinas xerox (reprografia e impressão)
Nº DO CONTRATO	013/2008
VALOR ANUAL	R\$ 26.966,28
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão Eletrônico nº 003/2008

10 - EMPRESA CONTRATADA: ROGERS RAIMUNDO MUNIZ CALDEIRA -	
OBJETO	Aquisição de carimbos
Nº DO CONTRATO	014/2008
VALOR ANUAL	R\$ 3.000,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de Licitação 18/2008

11 - EMPRESA CONTRATADA: SCAP AUTO CENTER LTDA	
OBJETO	Manutenção veicular de característica preventiva e corretiva - Oficina Mecânica
Nº DO CONTRATO	015/2008
VALOR ANUAL	R\$ 212.293,80
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão Eletrônico 004/2008

12 - EMPRESA CONTRATADA: AUTO POSTO ESMIG LTDA	
OBJETO	Fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes

Nº DO CONTRATO	001/2009
VALOR ANUAL	R\$ 5.659,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação nº 026/2008

13 - EMPRESA CONTRATADA:	SANTINA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
OBJETO	Fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes
Nº DO CONTRATO	002/2009
VALOR ANUAL	R\$ 2.136,90
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação nº 027/2008

14 - EMPRESA CONTRATADA:	ESCELSA - ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
OBJETO	Fornecimento de energia elétrica
Nº DO PROCESSO	21018.005016/2008-72
VALOR ANUAL	R\$ 108.390,53
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade 002 e 007/2009

15 - EMPRESA CONTRATADA:	AGUARD - ÁGUAS MINERAIS E BEBIDAS LTDA
OBJETO	Fornecimento parcelado de 1.200 litros de água mineral em garrafão de 20 litros
Nº DO PROCESSO	21018.006672/2008-75
VALOR ANUAL	R\$ 5.940,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação - Pesquisa de preço

16 - EMPRESA CONTRATADA:	ROMA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA
OBJETO	Fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes
Nº DO CONTRATO	006/2009
VALOR ANUAL	R\$ 88.450,29
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão eletrônico nº 021/2008

17 - EMPRESA CONTRATADA:	NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERV. TÉCNICOS LTDA
OBJETO	Apoio operacional e laboratorial para classificação de produtos vegetais
Nº DO CONTRATO	007/2009
VALOR ANUAL	R\$ 212.507,40
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão eletrônico nº 26/2008

18 - EMPRESA CONTRATADA:	EMBRATEL - EMPRESA BRASIL. TELECOMUNICAÇÕES S/A
OBJETO	Prestação de serviços de telefonia fixa comutado - DDD
Nº DO CONTRATO	008/2009
VALOR ANUAL	R\$ 87.532,92
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão eletrônico nº 016/2008

19 - EMPRESA CONTRATADA:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
OBJETO	Prestação de serviços de telefonia fixa comutado
Nº DO CONTRATO	009/2009
VALOR ANUAL	R\$ 56.210,44
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão eletrônico nº 016/2008

20 - EMPRESA CONTRATADA:	DEL SANTO & CIA LTDA - LINHARES
OBJETO	Fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes

Nº DO CONTRATO	010/2009
VALOR ANUAL	R\$ 34.567,24
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão eletrônico nº 001/2009

21 - EMPRESA CONTRATADA: POSTO DE GASOLINA SÃO MIGUEL LTDA - COLATINA	
Nº DO CONTRATO	011/2009
VALOR ANUAL	R\$ 12.582,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão eletrônico nº 001/2009

22 - EMPRESA CONTRATADA: RR NERY - CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM	
OBJETO	Fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes
Nº DO CONTRATO	012/2009
VALOR ANUAL	R\$ 7.881,50
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação nº 010/2009

23 - EMPRESA CONTRATADA: TIM CELULAR S/A	
OBJETO	Prestação de serviços de telefonia móvel
Nº DO CONTRATO	013/2009
VALOR ANUAL	R\$ 2.160,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação nº 011/2009

24 - EMPRESA CONTRATADA: ILHA GAZ COMÉRCIO LTDA - ME	
OBJETO	Fornecimento de gas liquefeito de petróleo (GLP) - Botijão 13 kg
Nº DO CONTRATO	014/2009
VALOR ANUAL	R\$ 1.800,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de licitação nº 013/2009

25 - EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA DO TREVO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	
OBJETO	Manutenção veicular de característica preventiva e corretiva - Oficina Mecânica
Nº DO CONTRATO	015/2009
VALOR ANUAL	R\$ 65.069,34
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão Eletrônico 004/2008

26 - EMPRESA CONTRATADA: PORTAL VIAGENS E TURISMO LTDA	
OBJETO	Fornecimento de passagens aéreas
Nº DO CONTRATO	016/2009
VALOR ANUAL	R\$ 250.908,46
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Pregão eletrônico nº 003/2009

27 - EMPRESA CONTRATADA: ROGERS R. MUNIZ CALDEIRA - (COPIADORA CALDEIRA)	
OBJETO	Aquisição de carimbos
Nº DO CONTRATO	017/2008
VALOR ANUAL	R\$ 3.080,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensa de Licitação 21/2009

INEXIGIBILIDADE

01 - EMPRESA CONTRATADA: CESAN - UAC SEPDA	
OBJETO	Fornecimento de água potável e serviço de tratamento de esgoto
Nº DO EMPENHO	00001/2009
VALOR ANUAL	R\$ 13.841,90

VIGÊNCIA DA GARANTIA	-
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

02 - EMPRESA CONTRATADA: ESCELSA - UAC SEPDAG	
OBJETO	Fornecimento de energia elétrica
Nº DO EMPENHO	00002/2009
VALOR ANUAL	R\$ 32.151,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação
03 - EMPRESA CONTRATADA: DEPARTAMENTO ESTADUA DE TRÂNSITO DE ES - DETRAN	
OBJETO	Licenciamento anual, emplacamento e regularização do veículos
Nº DO EMPENHO	00001/2009
VALOR ANUAL	R\$ 14.472,71
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

04 - EMPRESA CONTRATADA: IMPRESA NACIONAL - DOU	
OBJETO	Publicações e divulgações dos atos oficiais
Nº DO EMPENHO	00002/2009
VALOR ANUAL	R\$ 13.396,38
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

05 - EMPRESA CONTRATADA: CONDOMÍNIO DO ED. WANDERLEY - COLATINA	
OBJETO	Contratação de empresa prestadora de serviços de condomínio
Nº DO EMPENHO	00004/2009
VALOR ANUAL	R\$ 5.078,28
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

06 - EMPRESA CONTRATADA: CONDOMÍNIO DO ED. MICHELINI - SEAP/PR	
OBJETO	Contratação de empresa prestadora de serviços de condomínio
VALOR ANUAL	R\$ 4.393,07
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

07 - EMPRESA CONTRATADA: CESAN - SFA/ES	
OBJETO	Fornecimento de água potável e serviço de tratamento de esgoto
Nº DO EMPENHO	00006/2009
VALOR ANUAL	R\$ 2.423,26
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

08 - EMPRESA CONTRATADA: ESCELSA - SFA E UNIDADES	
OBJETO	Fornecimento de energia elétrica
VALOR ANUAL	R\$ 75.531,32
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

09 - EMPRESA CONTRATADA: EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A	
OBJETO	Fornecimento de energia elétrica
Nº DO PROCESSO	21018.006016/2008-72
VALOR ANUAL	R\$ 708,21
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

10 - EMPRESA CONTRATADA: CONDOMÍNIO DO ED. CENTRO EMPRESARIAL ENSEADA	
OBJETO	Contratação de empresa prestadora de serviços de condomínio

Nº DO PROCESSO	21018.006021/2008-85
VALOR ANUAL	R\$ 44.280,28
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigibilidade de licitação

d) Transferências: Não houve

2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1 – Programação Orçamentária

2.4.1.1 - Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação da UJ - Não se aplica

2.4.1.2 - Programação das Despesas Correntes – Não se aplica

4.1.3 - Programação das Despesas de Capital – Não se aplica

2.4.1.4 – Quadro Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência – Não se aplica

2.4.1.5 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação (numero)	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos		-	-	-	
	Recebidos	130060	2000			1.740,00
			2019			2.273,16
			2124			8.955,88
			2134			11.208,12
			2139			0
			2140			1.170,80
			2141			51.164,83
			2177			1.300,00
			2179			93.949,33
			2180			58.450,00
			2181			24.550,00
			2272			1.839,39
			2909			34.261,18
			4572			22.257,71
			4716	35.495,42		961.337,99
			4720			3.227,43
			4723			10.774,43
			4745			2.100,00

			4746			176.964,46
			4756			8.000,00
			4842			30.990,37
			8572			30.770,92
			8591			1.836,94
			8592			41.487,48
			8606			3.695,44
			8611			854,06
			8658			63.509,75
			8938	-	-	89.721,00
			8939			48.308,78
			1K40			17.521,70
			2B17			633,40
			2B17			8.293,80
Externa	Concedidos	130104	2000	R\$ 20.012.412,23	-	128.080,52
	Recebidos	-				
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	
		130060			-	
	Recebidos	130060	2000			
			2019			
			2124			
			2134	6.000,00		
			2139			
			2140			
			2141	45.000,00		
			2177			
			2179	13.500,00		
			2180			
			2181	3.000,00		
			2909	1.000,00		
			4716	100.000,00		
			4720			
			4723	0		
			4746	0		
			4842			
			8572	6.000,00		

			8592			
			8598	33.125,00		
			8606			
			8658	22.200,00		
			8938	80.000,00		
			8939	13.550,00		
			2B17	13.349,00		
Externa	Concedidos	-		-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	

2.4.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.4.2.1 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ – Não se aplica, em razão desta unidade não possuir créditos originários.

2.4.2.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ – Não se aplica, em razão desta unidade não possuir créditos originários.

2.4.2.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ – Não se aplica, em razão desta unidade não possuir créditos originários.

2.4.2.4 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	2.050.955,77	1.172.381,67	1.051.897,99	1.171.355,07
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas			-	-
Dispensa	722.060,74	28.289,60	361.030,37	459.858,58
Inexigibilidade	64.9218,6	211.189,45	324.609,3	211.189,55
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha		-	-	
Diárias	362.362,59	304.474,54	109.741,21	304.847,58
Outros		326.572,60		12.786,91

2.4.2.5 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	R\$ 14.357.846,31	R\$ 20.012.412,23	R\$ 4.357.846,31	R\$ 20.012.412,23	-	15.457,10	28.344,19	R\$ 20.012.412,23
1º elemento de despesa	R\$ 14.357.846,31	R\$ 20.012.412,23	R\$ 4.357.846,31	R\$ 20.012.412,23	-	15.457,10	28.344,19	R\$ 20.012.412,23
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	1.474.909,53	2.204.471,22	1.459.858,83	2.204.471,22	60.132,10	2.725,65	1.420.076,59	1.639.309,83
1º elemento (339039)	693.640,78	943.853,43	693.640,78	943.853,43	7.948,34	1.305,00	664.400,25	883.459,14
2º elemento 339014	190.741,21	304.847,58	190.741,21	304.847,58			204.317,25	304.344,56
3º elemento (339030)	168.627,31	200.059,72	168.627,31	200.059,72			150.130,76	138.322,22

Demais elementos do grupo	421.900,23	389.573,49	406.849,53	389.573,49	52.183,76	1.420,65	158.147,49	313.183,91
---------------------------	------------	------------	------------	------------	-----------	----------	------------	------------

2.4.2.6 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	466.798,52	330.641,58	466.798,52	330.641,58	9.200,03	9.200,03	243.080,84	1.458,74
1º elemento de despesa (449052)	466.798,52	330.641,58	466.798,52	330.641,58	9.200,03	9.200,03	243.080,84	1.458,74
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2.4.3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	177.172,02	288.285,42	193.461,79
2. DIARIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	190.950,11	190.741,21	304.847,58
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
3.1 . Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	124.681,33	95.175,00	140.345,00
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-

3.4. Outras Terceirizações	-	-	-
4. CARTAO DE PAGAM. GOVERNO FEDERAL	-	-	-
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	-	-
TOTAIS	-	-	-

Comentários: O valor do item 2 (diárias e ressarcimento de despesas em viagens) no exercício de 2009 se destacou em razão do aumento do valor das diárias no ano de 2009.

Em relação ao item 3.3 (Vigilância, Limpeza e Conservação) o aumento se deu em razão do dissídio coletivo da categoria.

2.4.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo –
Não se aplica, em razão da SFA-ES ser apenas unidade executora das ações dos programas.

2.4.4 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	PI	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
								Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
20	604	0356	8939	Atividade	IPVEGETAL	3	UNIDADE	250	271		61.858,78	59.683,57	
20	665	0356	4723	Atividade	RESIDUO	3	UNIDADE	93	78		10.774,43	8.874,38	
20	125	0356	8938	Atividade	INSPANIMAL	3	UNIDADE	52	52		169.721,00	76.593,04	
20	125	0356	4745	Atividade	FISCORGEN	3	UNIDADE	nacional			2.100,00	1.814,56	
20	125	0356	4746	Atividade	PADCLASSIF	3	UNIDADE	200.000	275.625		176.964,46	174.344,28	
20	603	0357	2134	Atividade	VIGIFITO	3	UNIDADE	13.860	9.142		17.208,12	6.540,78	
20	602	0357	2139	Atividade	VIGIZOO	3	UNIDADE	50.000	45.945		0	0	
20	603	0357	2180	Atividade	FISCPLANTA	3	UNIDADE	19.015	19.652		58.450,00	51.498,79	
20	603	0357	2181	Atividade	FISCANIMAL	3	UNIDADE	794	556		27.550,00	25.891,73	
20	603	0357	4842	Atividade	FEBREAFTOS	3	Km2	46.078	46.078		30.990,37	15.526,43	
20	603	0357	8572	atividade	PCEVEGETAL	3	Ha	82.265	590.400		36.760,92	18.693,41	
20	603	0357	8658	Atividade	PCANIMAL	3	UNIDADE	13.000	13.530		85.709,92	41.768,11	
20	603	0375	2019	Atividade	FISCGENE	3	UNIDADE	10	5		2.873,80	2.317,89	
20	603	0375	2124	Atividade	FISCINAM	3	UNIDADE	36	39		8.955,88	7.853,69	

20	603	0375	2140	Atividade	FISPROVET	3	UNIDADE	30	19		1.170,80	621,08	
20	603	0375	2141	Atividade	FISFECOI	3	UNIDADE	775	802		96.164,83	39.477,01	
20	603	0375	2177	Atividade	FISCAGRIC	3	UNIDADE	20	7		1.300,00	1.011,50	
20	125	0375	2019	Atividade	FISCGENE	3	UNIDADE	10	05		2.873,16	1.722,75	
20	603	0375	2179	Atividade	FISCALSEM	3	UNIDADE	1.066	1.505		107.449,33	64.309,10	
20	125	0375	2909	Atividade	FISAGROTOX	3	UNIDADE	15	09		35.261,18	30.714,94	
20	665	0393	2B47	Atividade	INDGRAF	3	UNIDADE	nacional			19.682,40	19.236,80	
20	122	0750	2000	Atividade	ADMSEDE	4	UNIDADE	CONVOCAÇÃO SEDE			1.740,00	1.629,43	
20	122	0750	4716	Atividade	MANUTSFA	4	UNIDADE	1	1		1.061.337,99	1.057.418,65	
20	125	1426	8606	Atividade	DESENORG	3	UNIDADE	770	1.110		3.645,94	3.120,06	
20	128	1442	8591	Atividade	APOIAGRIC	3	UNIDADE	nacional			1.837,84	1.837,84	
20	125	1442	8598	Atividade	APOIOPEC	3	UNIDADE	73	73		33.125,00	33.125,00	
20	125	1442	8592	Atividade	RASTREAB	3	UNIDADE	23	24		37.987,48	28.255,16	
20	122	1442	2272	Atividade	GAPSDC	3	UNIDADE	nacional			1.839,39	1.839,39	
20	125	1442	4720	Atividade	CERTORGAN	3	UNIDADE				3.227,43	3.227,43	
20	122	6003	2B17	Atividade	FISCONTRATO	3	UNIDADE	DEMANDA	30		8.293,80	7.556,00	
20	605	6003	8611	Atividade	APPRODUTOR	3	UNIDADE	250	105		854,06	82,78	
20	691	6003	4756	Atividade	PROFENAC	3	UNIDADE	1	1		8.000,00	7.966,03	
20	128	2000	4572	Atividade	CAPACITA	4	UNIDADE	CONVOCAÇÃO SEDE			22.257,71	18.560,64	
20	128	2000	1k40	Atividade	AGE	4	UNIDADE	CONVOCAÇÃO SEDE			17.521,75	16.979,56	

Fonte: PPA 2008-2011/LDO/SIAFI/SIOR

E relação ao quadro das Execuções Físicas Realizadas, temos a informar que as previsões para 2010 não foram preenchidas, em razão das informações estarem sendo trabalhadas pelas áreas, motivo pelo qual no foram lançadas no SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento) do Ministério da Agricultura.

2.4.5 – INDICADORES DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS -

A apresentação dos indicadores dos programa será feita pelas respectivas Coordenações responsáveis pelo acompanhamento da gestão dos programas em Brasília, cabendo a SFA-ES apenas a apresentação dos indicadores das ações regionais, os quais relacionamos a seguir:

2.4.5.1 – INDICADORES DE DESEMPENHO DAS AÇÃO

2.4.5.1.1 – PROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS

2.4.5.1.1.1 - AÇÃO 4723 – CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL

Indicadores
<i>Eficácia</i>
Descrição da Meta: Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal
Nº de Análises realizadas em relação ao estimado No ano de 2009, na área vegetal, de um total de 93 amostras de mamão programadas para análise de resíduos de agrotóxicos, 78 foram realizadas no Estado do Espírito Santo.
Relação percentual entre o nº de análise realizada pelo nº de análise programadas em 2009. (FR 2009 : FP 2009) * 100 = $78 \div 93 * 100 = 83,87 \%$

2.4.5.1.1.2 - AÇÃO 4745 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

Esta ação não foi desenvolvida pela Unidade em razão da falta de demanda criada pelas empresas do Estado.

2.4.5.1.1.3 - AÇÃO 4746 - PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS

<i>Eficácia</i>	<i>Efetividade</i>
Descrição da Meta: Fiscalização em Estabelecimentos e em Postos de Classificação	
Nº de Estabelecimentos Fiscalizados em relação ao estimado	Percentual de produtos que se encontram dentro dos padrões de qualidade
Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizada pelo nº de fiscalizações programadas em 2009. (FR 2009 : FP 2009) * 100 = $261/150*100 + 174\%$	Nº de amostra em conformidade pelo total de amostras classificadas. AC/TAC (45/57)*100= 79,9%

2.4.5.1.1.4 - AÇÃO 8939 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAL,

INDICADORES	
<i>Eficácia</i>	<i>Efetividade</i>
Nº de Estabelecimentos Inspeccionados em relação ao estimado Relação percentual entre o nº de Inspeção realizadas em estabelecimentos produtores pelo nº de Inspeções programadas em 2009. (IR 2009 : IP 2009) . 100 (271/250) 100 % = 108,04 %	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas pelo total de estabelecimentos produtores registrados na SFA-ES. NIR/NER = 271/202* = 134,16% *Estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres, registrados no sistema SIPE.
Descrição da Meta: FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	
<i>Eficácia</i>	<i>Efetividade</i>
Relação percentual entre o nº de produtos fiscalizados pela quantidade programada em 2008. (IR 2009 : IP 2009) . 100 (68/120)*100 = 56,67%	Relação percentual entre a quantidade de produtos não conformes e o nº de fiscalizações com coletas de amostras realizadas. VR = (FCAR : QPFP) . 100 VR = (31/68) . 100 = 45,59%

2.4.5.1.1.5 - AÇÃO 8938 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

INDICADORES	
<i>Eficácia</i>	<i>Efetividade</i>
Descrição da Meta: INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS	
<i>Não temos como programar, pois trabalhamos em função da demanda do mercado.</i>	% de leite e derivados dos Estabelecimentos com SIF dentro dos padrões sanitários. QI= 307.976.977LITROS; QC= 201.298LITROS VR= 0,065 <i>Dos produtos inspeccionados 93,5% estavam dentro dos padrões sanitários</i>
Descrição da Meta: INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DE PETSCADOS	
	% de pescados inspeccionados nas industrias dentro dos padrões sanitários. QI= 5.868.769ton; QC= 2.134ton VR= 0.036 <i>De toa matéria-prima inspeccionada 96,4% estavam dentro do padrões sanitários para o consumo humano</i>

Descrição Meta: INSPEÇÃO EM ABATE DE BOVINO	
	% de produto dentro dos padrões de conformidade.
	percentual entre o nº de cabeças inspecionadas em relação ao nº cabeças condenadas. $VR = (CI/CC) = 207.501/2.352$ $VR=1,14$ 98,86% de animais abatidos encontravam-se dentro dos padrões sanitários e foram destinados ao consumo humano .
Descrição Meta: INSPEÇÃO NO ABATE DE AVES NAS INDÚSTRIAS	
	% de aves abatidas e inspecionados nas indústrias dentro dos padrões sanitários.
	$VR = (QI / QC)$. $VR = 38.317.456/99.885=0,26$ 99,74% das aves inspecionadas atendiam ao padrões sanitários para o consumo humano
Descrição Meta: Coleta de amostras de produtos de origem animal para verificação da conformidade, durante o ano de 2008.	
	% de amostras de produtos de origem animal dentro dos padrões de conformidade
	Relação percentual entre o nº de amostras fora do padrão em 2008 em relação ao nº de amostras coletas. $VR = (AFP/AC) = 416/15 =$

2.4.5.1.2 – PROGRAMA 0357 - SEGURANÇA NA SANIDADE AGROPECUARIA

2.4.5.1.2.1 Ação 2139 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS SEUS PRODUTOS E INSUMOS

ATRIBUTOS	EFICACIA
Descrição	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (SR) e o número de supervisões programadas (SP) em 2009
Fórmula de cálculo:	$(SR2009 / SP2009)*100$
Resultados:	$(14/12)*100=116,6\%$

2.4.5.1.2.2 AÇÃO 4842 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

Atributo	Indicadores
	<i>Eficácia</i>
Descrição: Realizar fiscalizações das ações de defesa sanitária animal	% Fiscalizações
Unidade de Medida	FISCALIZAÇÃO
Índice de Referencia	PERCENTUAL
Fonte	S.F.A

FORMULA	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas pelo nº de fiscalizações programadas em 2008. (FR 2009 : FP 2009) . 100
RESULTADOS	(33/30)*100=110,0%

2.4.5.1.2.3 AÇÃO 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais

DEFESA SANITARIA ANIMAL	
Atributo	Indicadores
	Eficácia
Descrição: Fiscalizar atividades de defesa sanitária animal	% de Fiscalizações
Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizada pelo nº de fiscalizações programadas em 2009. (FR 2009 : FP 2009) . 100 = (26/25)*100= 104,0%	
Fiscalização das ações delegadas ao IDAF nas atividades relativos ao Desenvolvimento da Avicultura	
Atributo	Indicadores
	Eficácia
Descrição: Fiscalizar atividades de defesa sanitária animal	% de Fiscalizações
Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizada pelo nº de fiscalizações programadas em 2009. (FR 2009 : FP 2009) . 100 (32/30)*100= 106,00%	
DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQUÍDEOCULTURA E DA OVINOCULTURA	
Atributo	Indicadores
	Eficácia
Descrição: Fiscalização em laboratórios credenciados para realizar exame de AIE	% de Laboratórios Fiscalizações
FORMULA	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas em 2009 pelo nº de fiscalizações programadas em 2009. (FR 2009 : FP 2009) . 100
RESULTADO	(05/05)*100=100,0%
DESENVOLVIMENTO DA SUÍDEOCULTURA (Esta ação é de execução indireta, esta sob o controle do IDAF, cabendo a SFA a supervisão).	
Atributo	Indicadores
	Eficácia
Descrição: Fiscalização das ações de defesa sanitária animal delegadas ao IDFA	% de Fiscalizações
FORMULA	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas em 2009 pelo nº de fiscalizações programadas em 2009. (FR 2009 : FP 2009) . 100 (21/20)*100=105%
DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA – (Esta ação é de execução indireta, esta sob o controle do IDAF, cabendo a SFA a supervisão).	

Atributo	Indicadores
	<i>Eficácia</i>
Descrição: Fiscalização das ações de defesa sanitária animal delegadas ao IDFA	% de Fiscalizações
<i>FORMULA</i>	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas em 2009 pelo nº de fiscalizações programadas em 2009. (FR 2009 : FP 2009) . 100 - (16/15)*100=106,66%

2.4.5.1.2.4 - AÇÃO 2134 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS

Indicadores
<i>Eficácia</i>
Descrição da Meta: Realizar 9 Supervisões nos Packing House, no ano de 2009
Nº de Supervisões realizadas em relação ao programado.
Relação percentual entre o nº de supervisões realizada pelo nº de supervisões programadas em 2009. (SR 2009 : SP 2009) * 100 = 13/9 * 100 = 144,44%

Indicadores
<i>Eficácia</i>
Descrição da Meta: Realizar 59 Supervisões em barreiras interestaduais no ano de 2009.
Nº de Supervisões realizadas em relação ao programado.
Relação percentual entre o nº de supervisões realizada pelo nº de supervisões programadas em 2009. (FR 2009 : FP 2009) * 100 = 25/59 * 100 = 42,37% (soma de todos os produtos do vigifitos)

2.4.5.1.2.5 - AÇÃO 2180 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS SEUS PRODUTOS E INSUMOS.

Meta: Inspeção/Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Subprodutos.	
Indicador	
<i>Economicidade</i>	<i>Efetividade</i>
<i>Custo com a Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem Vegetal.</i>	<i>% de produtos de origem vegetal inspecionados e dentro dos padrões de conformidade da legislação.</i>
Variação Absoluta do custo realizado de 2009 pelo custo realizado em 2008 CR 2009– CR2008 = 49548,28 - 20.767,91 28780,37 Variação do custo da fiscalização de 2009 para 2008 (%) [(CR 2009: CR2008)]x100 Variação : 286	Índice de desconformidade ID =100% ID=TO/partidas*100 ID = 636/19652*100 ID= 3,23%

2.4.5.1.2.6 - AÇÃO 2181 - VIGILANCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRANSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS.

Indicador	
Economicidade	Efetividade
Descrição da Meta: Inspeção/Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Subprodutos	
Custo com a Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Animal e seus Derivados em relação ao ano anterior	Índice de produtos em desacordo com a legislação sanitária brasileira impedida de serem internalizados pelos portos do Espírito Santo no ano de 2009.
Variação Absoluta do custo realizado de 2009 pelo custo realizado em 2009 CR 2009– CR2008 = 21518,90-5.915,19= 15603,71 Variação do custo da fiscalização de 2009 para 2008 (%) $[(CR\ 2009: CR2008)] \times 100$ Variação: 363%	Índice de desconformidade $VR = 100\%$ $ID = TO/partidas \times 100$ $ID = 38/794 \times 100$ $ID = 4,78\%$

2.4.5.1.2.7 - AÇÃO 8572 - _PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS

Supervisão do controle do Mosaico e Meleira	
ATRIBUTOS	EFICACIA
Descrição:	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (SR) e o número de supervisões programadas (SP) em 2009
Fórmula de cálculo:	$(SR2009 / SP2009) \times 100 = 24/13 * 100 = 54,16\%$
Supervisão do monitoramento das Mosca-das-frutas	
ATRIBUTO	EFICÁCIA
Descrição:	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (SR) e o número de supervisões programadas (SP) em 2009
Fórmula de cálculo:	$(SR2009 / SP2009) \times 100 = 27/36 * 100 = 75\%$ (produto: monitoramento da mosca da carambola em portos e CEASA)
PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS NA FRUTICULTURA	
EFICACIA	
Relação percentual entre o número de inspeções realizadas (SR) e o número de inspeções programadas (IP) em 2009	
$(IR2009 / IP2009) \times 100 = 3/6 * 100 = 50\%$ (produtos: supervisão de escritório IDAF e inspeções em lavouras de citros para o controle da PPC)	

SUPERVISAO DO LEVANTAMENTO DA SIGATOKA NEGRA (PI: SIGATOKA)	
ATRIBUTO	EFICÁCIA
Descrição:	Relação percentual entre o número de ações de supervisão realizadas (SR) e o número de ações de supervisão programadas (SP) em 2009
Fórmula de cálculo:	$(SR2009 / SP2009) * 100 = 15/4 * 100 = 375\%$

2.4.5.1.2.8 - AÇÃO 8654 – PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO SANITARIA EM DEFESA AGROPECUARIA.

Esta ação não foi desenvolvida no exercício de 2009.

2.4.5.1.3 PROGRAMA 0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

2.4.5.1.3.1 - AÇÃO 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL- INCUBATÓRIOS AVÍCOLAS

ATRIBUTOS	INDICADORES	
	EFICÁCIA	
Descrição: Fiscalização de Material Genético animal	Relação percentual entre o número de fiscalização realizada (FR) e o número de fiscalização programada (FP) em 2009.	
Fórmula de cálculo:	$(FR2009 / FP2009) * 100 = (5/10) * 100 = 50\%$	
Descrição: Material Genético Animal em conformidade com as normas de produção comercialização.		EFETIVIDADE
R = REALIZADO P = PROGRAMADO		Relação entre o numero de estabelecimentos fiscalizados pelo numero de estabelecimentos em conformidade x100 = $(5/10) * 100 = 50\%$

2.4.5.1.3.2 - AÇÃO 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL

INDICADORES	
EFICIENCIA	EFICACIA
Descrição: Fiscalizações em Estabelecimentos Produtores de Alimentos para Animais	
	Relação percentual entre o número de fiscalização realizada (FR) e o número de fiscalização programada (FP) em 2009.
Fórmula de cálculo:	$(FR2009 / FP2009) * 100 = (30/36) * 100 = \mathbf{83,33\%}$
Descrição: Fiscalizações em Estabelecimentos Comerciais Alimentos para Animais	
	Relação percentual entre o número de fiscalização realizada (FR) e o número de fiscalização programada (FP) em 2009.
Fórmula de cálculo:	$(FR2009 / FP2009) * 100$. Não foi programada nenhuma fiscalização em comércio, mas foram realizadas 9.
METAS	
Descrição: Colheitar 100% das amostras de alimentos para animais, conforme sorteio de Eps efetuado pelo CPAA, para verificação da conformidade.	Relação percentual entre o número de colheita realizada (CR) e o número de colheita programada (CP) em 2009.
Fórmula de cálculo:	$(CR2009 / CP2009) * 100 = (41/53) * 100 = \mathbf{77,36\%}$
Descrição: Colher 100% das amostras de rações para ruminantes, conforme sorteio de Eps efetuado pelo CPAA, para verificar presença de proteína de origem animal.	Relação percentual entre o número de colheita realizada (CR) e o número de fiscalização programada (CP) em 2009.
Fórmula de cálculo:	$(CR2009 / CP2009) * 100 = (12/36) * 100 = \mathbf{33,33\%}$

OBS: O número de colheita de amostras de rações para ruminantes foi definido por Brasília à nossa revelia, baseado em dados desatualizados (superestimados) de nº de estabelecimentos e produtos.

2.4.5.1.3.3 - AÇÃO 2140 . FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.

ATRIBUTOS	INDICADORES	
	EFICACIA	EFETIVIDADE
Descrição:	Relação percentual entre o número de fiscalização realizada (FR) e o número de fiscalização programada (FP) em 2009.	Relação entre o numero de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário e de embelezamento animal, registrados e fiscalizados pelo numero de estabelecimentos em conformidade.
Fórmula de cálculo:	$(FR2009 / FP2009) * 100 = (19/30) * 100 = \mathbf{63,33\%}$	$(1/1) * 100 = \mathbf{100\%}$

2.4.5.1.3.4 - AÇÃO 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTE, CORRETIVOS.

EFICÁCIA

Indicador	Fiscalizações realizadas em relação ao programado
Utilidade	Avalia o alcance da meta programada na POA

Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	$(FR/FP)*100$ Fiscalização Programado (FP): 755 Fiscalização Realizado (FR): 821
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG/DT/ES
Resultado do indicador no exercício	108,74 %
Disfunções estruturais/situacionais	
Medidas implementadas	

EFICÁCIA RELATIVA

Indicador	Fiscalizações realizadas em relação ao realizado no ano anterior
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização em relação ao exercício anterior.
Tipo	Eficácia relativa
Fórmula de cálculo	$(FR\ 2009/FR\ 2008)*100$ Fiscalização realizada 2009: 821 Fiscalização realizada em 2008: 790
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG/DT-ES
Resultado do indicador	103,92 %
Disfunções estruturais/situacionais	
Medidas implementadas	

EFICIÊNCIA

Indicador	Nº de Auto de Infração lavrados em relação ao total de fiscalização realizado
Utilidade	Avalia o índice de conformidade dos agentes e produtos em relação ao cumprimento das exigências legais
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	(AI/FR) Auto de Infração lavrados em 2009: 166 Fiscalização realizada em 2009: 821
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG/DT-ES
Resultado do indicador no exercício	0,202 (máximo 1)
Disfunções estruturais/situacionais	Numero elevado de produtos fora das garantias.
Medidas implementadas	Intensificação das ações fiscais

EFETIVIDADE

Indicador	% de amostras fora das garantias em relação ao total de amostras analisadas
Utilidade	Avalia o índice de conformidade dos produtos em relação ao cumprimento das exigências legais
Tipo	Efetividade
Fórmula de cálculo	$(1 - (AAFP/TAA) * 100)$ AAFP: 245 TAA: 550
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG/DT-ES
Resultado do indicador no exercício (Jan a out/09)	49,00 %
Disfunções estruturais/situacionais	
Medidas implementadas	

2.4.5.1.3.5 - AÇÃO 2177 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRICOLAS

EFICÁCIA FINANCEIRA -		
E=VL/VD*100	VL = Valor Liquidado	VD = Valor Descentralizado
E = (1.011,50/1.300,00) X 100 = 77,80%		
EFICÁCIA DA FISCALIZAÇÃO		
E=FR/FP*100	FR = Fiscalização Realizada	FP = Fiscalização Planejada
E = (7/20) X 100 = 35%		

2.4.5.1.3.6 - AÇÃO 2179 – FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS**EFICÁCIA**

Indicador	Fiscalizações realizadas em relação ao programado
Utilidade	Avalia o alcance da meta programada na POA
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	$(FR/FP) * 100$ Programado (FP): 1.366 Realizado (FR): 1.543
Área responsável pelo cálculo/medição	CSM/DFIA/DAS
Resultado do indicador no exercício (jan a out)	112,95 %

Disfunções estruturais/situacionais	O aumento da demanda por fiscalização de mudas vem trazendo sobrecarga ao atual quadro de fiscais da área de sementes e mudas.
Medidas implementadas	A resolução do entrave acima descrito está sendo tratada com programação de inteligência da fiscalização atacando as áreas-chaves para o desenvolvimento do programa de sementes e mudas no Estado do Espírito Santo.

EFICÁCIA RELATIVA

Indicador	Fiscalizações realizadas em relação ao realizado no ano anterior (dez/09 x dez/08)
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização em relação ao exercício anterior.
Tipo	Eficácia relativa
Fórmula de cálculo	(FR 2009/FR 2008)*100 Fiscalização realizada 2009: 1.543 Fiscalização realizada em 2008:890
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG/DT-ES
Resultado do indicador no exercício	173,37 %
Disfunções estruturais/situacionais	O aumento da demanda por fiscalização de mudas vem trazendo sobrecarga ao atual quadro de fiscais da área de sementes e mudas.
Medidas implementadas	A resolução do entrave acima descrito está sendo tratada com programação de inteligência da fiscalização atacando as áreas-chaves para o desenvolvimento do programa de sementes e mudas no Estado do Espírito Santo.

EFICIÊNCIA

Indicador	Nº de Auto de Infração lavrados em relação ao total de fiscalização realizado
Utilidade	Avalia o índice de conformidade dos agentes e produtos em relação ao cumprimento das exigências legais
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	(AI/FR) Auto de Infração lavrados em 2009: 10 Fiscalização realizada em 2009: 1.543
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG/DT-ES
Resultado do indicador no exercício	0,0064 (máximo 1)
Disfunções estruturais/situacionais	Prática de pirataria na produção e comercialização de sementes e mudas
Medidas implementadas	Coleta de amostras de sementes e fiscalização de viveiros em quantidade e oportunidade adequadas e apuração de denúncias.

EFETIVIDADE

Indicador	% de amostras fora do padrão em relação ao total de amostras analisadas
-----------	---

Utilidade	Avalia o índice de conformidade dos produtos em relação ao cumprimento das exigências legais
Tipo	Efetividade
Fórmula de cálculo	$(1 - (AAFP/TAA)) * 100$ AAFP: 10 TAA: 24
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG/DT-ES
Resultado do indicador no exercício (Jan a out/09)	58,33 %
Disfunções estruturais/situacionais	O índice de inconformidade está relacionado com as espécies forrageiras tropicais.
Medidas implementadas	Intensificação da fiscalização. Repasse de informações das inconformidades encontradas aos Estados produtores de sementes de forrageiras.

Comentário – O resultado obtido no indicador desta ação foi de 85,25%, ocorrido em razão da falta de contratos administrativos com Postos de fornecimento de Combustível, no primeiro semestre de 2009, impedindo o abastecimento dos veículos das Unidades Regionais de Cachoeiro de Itapemirim, Venda Nova do Imigrante e Colatina. As ações se intensificaram a partir do Julho de 2009. Apesar das dificuldades esta ação obteve um resultado positivo, em razão da dedicação e esforço da equipe. O desempenho financeiro foi de 98,15% sendo este custeado pelo PI FISCALSEM1.

2.4.5.1.3.7 - AÇÃO 2909 - FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS

EFICÁCIA

Indicador	Fiscalizações realizadas em relação ao programado
Utilidade	Avalia o alcance da meta programada na POA
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	$(FR/FP) * 100$ Programado (FP): 13 Realizado (FR): 7
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG/DT-ES
Resultado do indicador no exercício (jan a out)	53,8 %
Disfunções estruturais/situacionais	A diminuição da demanda por fiscalização/acompanhamento de tratamentos fitossanitários, e em estabelecimentos tem priorizado a atuação do fiscal da área de agrotóxicos nos serviços de maior demanda.
Medidas implementadas	A resolução da situação acima descrita está sendo tratada com programação de inteligência da fiscalização, para quando se fizer necessário, em função da demanda, dar o devido acompanhamento aos tratamentos fitossanitários no comércio internacional no Estado do Espírito Santo.

EFICÁCIA RELATIVA

Indicador	Fiscalizações realizadas em relação ao realizado no ano anterior (dez/09 x dez/08)
-----------	--

Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização em relação ao exercício anterior.
Tipo	Eficácia relativa
Fórmula de cálculo	(FR 2009/FR 2008)*100 Fiscalização realizada 2009: 7 Fiscalização realizada em 2008: 10
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG/DT-ES
Resultado do indicador no exercício	70,00%
Disfunções estruturais/situacionais	A demanda por tratamento fitossanitário no comércio internacional está em ascensão nos terminais de cargas, com tendência à normalização. O que ensejará tomada de nova estratégia de atuação.
Medidas implementadas	A situação acima está sendo tratada com programação de inteligência da fiscalização com escopo nos corretos procedimentos de fiscalização das empresas prestadoras de serviços para realização de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e embalagens de madeira no Estado do Espírito Santo.

EFICIÊNCIA

Indicador	Nº de Auto de Infração lavrados em relação ao total de fiscalização realizado
Utilidade	Avalia o índice de conformidade dos agentes e produtos em relação ao cumprimento das exigências legais
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	(AI/FR) Auto de Infração lavrados em 2009: 02 Fiscalização realizada em 2009: 7
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG/DT-ES
Resultado do indicador no exercício	0,2857 (máximo 1)
Disfunções estruturais/situacionais	Falta de Medidor de concentração de gases (Brometo de Metila) e necessidade de fiscalização fora do horário de trabalho.
Medidas implementadas	Comprovar irregularidade na realização de tratamentos.

2.4.5.1.3.8 - AÇÃO 4747 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PECUÁRIOS

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.4 PROGRAMA 0360 – GESTAO DE POLITICA AGROPECUARIA

2.4.5.1.4.1 - AÇÃO 4572 - CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.4.2 - AÇÃO IK40 - IMPLANTACAO DO PROCESSO DE GESTAO ESTRATEGICA ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO AGRONEGOCIO

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.4.3 - PROGRAMA 0393 – DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.4.4 - AÇÃO 2B47 - FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.4.5 - PROGRAMA 6003 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.4.6 - AÇÃO 7H17 - PROMOCAO E PARTICIPACAO EM EXPOSICOES E FEIRAS AGROPECUARIAS

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.4.7 - AÇÃO 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.5 - PROGRAMA 1442 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO AGRONEGOCIO

2.4.5.1.5.1 - AÇÃO 2272 - GESTAO E ADMINISTRACÃO DO PROGRAMA

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5. 1.5.2 - AÇÃO 4720 - APLICACAO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGANICA

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.5.3 - AÇÃO 8560 - FOMENTO A INOVACAO NO AGRONEGOCIO

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.5.4 - AÇÃO 8592 - DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE AGROALIMENTAR

ATRIBUTOS	EFICACIA
Descrição	Realização de fiscalizações (auditorias) nos diferentes integrantes da cadeia produtiva de rastreabilidade.
Unidade de Medida	(Fiscalização realizada/Fiscalização Programada)*100
Resultados:	(25/24)*100 = 104,61%

2.4.5.1.5.5- AÇÃO 8591 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRICOLAS

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.5.6 - AÇÃO 8598 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUARIAS

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.1.5.7 - AÇÃO 8606 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO

A área executa ações em atendimento a demanda do Órgão Central, não tendo gestão de programas e ações na Unidade, razão pela qual não foi definido indicadores de desempenho.

2.4.5.2.9 - PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Ação 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

8.1 - INDICADORES OPERACIONAIS DA ÁREA DE APOIO DA SFA - ES						
SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	VALORES FORMULA	VALOR	Meta (da SFA)
Ialimed (%)	Eficácia	(Afastamento em dias dos servidores / N° de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	1687/((210*250)*100	3,2	0%
Ialimedn (%)	Eficácia	(N° de servidores afastados / N° total de Servidores ativos) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	104/210*100	49,5	0%
Iaffa (%)	Eficácia	(N° de FFA afastados / N° total de FFA ativos) x 100	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	43/73*100	58,9	0%
Iaadm (%)	Eficácia	(N° de Administrativos afastados/ N° total de administrativos ativos) x100	Índice de servidores Administrativos com afastamento licença médica	30/62*100	48,4	0%

Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposentadorias. concedidas / Nº de aposentadorias solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	3/3*100	100	100%
		(Nº material solicitado/Nº material atendido)*100	índice de atendimento almoxarifado	16294/22153*100	74	
Icfd (%)	Eficácia	(Nº de diárias aptas para pagamento / Nº de diárias recebidas)x 100	Conformidade das diárias	16294/1238*100	100	100%
Ippd	Eficiência	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	Produtividade no pagamento de diárias	1238/2	619	100%
Ieof(%)	Eficácia	(Créditos empenhados/Créditos provisionados) x 100	Execução Orçamentária e Financeira	2.204.471,22/ 2.151.359,74 X 100	102,47	100%
IPLIC	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	3/2	1,50	100%
Iemp	Eficiência	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na emissão de empenho	1130/2	565	100%

3.INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

3.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	195	195	Σ
Próprios	195	195	
Requisitados			
Celetistas	12	12	
Cargos de livre provimento	203	203	Σ
Estatutários	191	191	
Não Estatutários	12	12	
Terceirizados			
Total	410	410	

3.2 Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições		Gratificações		Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	194	R\$ 6.409.616,55	R\$ 161.518,87		R\$7.462.364,92		R\$443.722,62	R\$ 416.874,12
2008	193	R\$ 6.948.271,18	R\$ 220.615,49		R\$6.143.917,09		R\$508.010,29	R\$ 464.402,42
2009	193	R\$ 8.642.338,22	R\$239.987,44		R\$9.505.571,06		R\$679.337,59	R\$ 443.875,59
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007								
2008								
2009	12		R\$ 377.346,25					R\$ 21.134,26
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	2		R\$ 29.375,24					
2008	1		R\$ 30.926,20		R\$ 2.694,71			R\$ 2.400,00
2009	2		R\$ 30.539,81		R\$ 2.245,59			R\$ 1.502,00
Requisitados com ônus para a UJ								
2007								
2008	01		R\$ 8.264,74					
2009	01		R\$ 33.039,00					
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	0							
2008	0							
2009	0							
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	12	124.681,33					-	-
2008	12	95.175,00					-	-
2009	12	140.345,00					20	105.000,00

3.3 Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área-fim no Exercício de 2009

Não realizamos nenhum contrato de terceirização de área fim no exercício de 2009.

3.4 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	VALOR	Meta (da SFA)
Ialimed (%)	Eficácia	(Afastamento em dias dos servidores / N° de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	3,2	0%
Ialimedn (%)	Eficácia	(N° de servidores afastados / N° total de Servidores ativos) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	49,5	0%
Iaffa (%)	Eficácia	(N° de FFA afastados / N° total de FFA ativos) x 100	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	58,9	0%

laadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos ativos) x100	Índice de servidores Administrativos com afastamento licença médica	48,4	0%
laap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposentadorias concedidas / Nº de aposentadorias solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	100	100%

3.5 – Análise Crítica sobre a situação de Gestão de Recursos Humanos.

Para o cumprimento das metas junto a SFA/ES, a Unidade contou com uma força de trabalho de 210 servidores, sendo este composto de 49 (quarenta e nove) servidores administrativos de nível médio e 05 (cinco) servidores de nível superior, 73 (setenta e três) Fiscais Federais Agropecuários, 42 (quarenta e dois) Agentes de Inspeção, 14 (quatorze) Agentes de Atividade, 15 (quinze) Auxiliar de Inspeção. Do total de servidores Administrativos, 10 (dez) são cedidos pela CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento e 08 (oito) são oriundos do extinto BNCC – Banco Nacional de Crédito e Cooperativismo.

Em termos de estrutura física, a SFA possui 05 Unidades Técnicas descentralizadas, localizadas nos Municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Venda Nova do Imigrante, Colatina, Linhares e Porto de Capuaba, todas contempladas com servidores administrativos e Fiscais Federais Agropecuários.

A qualificação profissional também foi uma ação de grande destaque para o atingimento dos objetivos institucionais desta SFA em 2009. Na área fim, onde está localizado o maior número de servidores, tivemos a participação de 67 (sessenta e sete) Fiscais Federais Agropecuários em Reuniões Técnicas e 29 (vinte e nove) técnicos em treinamento com temas específicos de suas áreas de atuação, com intuito de nivelar as informações e qualificar profissionais para o desenvolvimento das ações voltadas para o agronegócio. Em relação a capacitação de servidores da área administrativa, em 2009 tivemos a participação de 16 servidores em treinamento voltados para a área de orçamento e finanças, contratos e pregão eletrônico, além da participação de 04 servidores em reuniões técnicas. Assim, podemos afirmar que 45 (quarenta e cinco) servidores foram treinados para atuarem nos processos organizacionais, e 71 servidores participaram de reuniões técnicas fora do Estado.

Apesar do número expressivo de servidores treinados, ainda temos impactos negativos nos resultados dos processos, em razão do nível de formação de alguns servidores administrativos, que impactam de forma negativa nos resultados dos processos.

Em relação ao quantitativo de servidores, o quadro de pessoal vem diminuindo a cada ano em razão de aposentadorias, óbitos e cessão de alguns servidores para a AGU nos últimos anos. Torna-se necessário e imperioso que nos concursos promovidos pelo MAPA, sejam direcionados para esta SFA/ES, no mínimo 06 (seis) recém-contratados, objetivando restabelecer a força de trabalho para suprir a demanda no momento e outros novos servidores para substituir as aposentadorias que estão por vir nos próximos anos. Dos 54 (cinquenta e quatro) servidores administrativos 17 (dezessete) completarão tempo de aposentadoria nos próximos 5 (cinco) anos, impactando negativamente em 31,4% do quadro administrativo, além de uma grande parte dos Fiscais Federais que já adquiriram o direito a aposentadoria.

No âmbito da SFA/ES não foi realizado nenhum plano de capacitação, e os treinamentos realizados fizeram parte de um chamamento do Órgão Central MAPA, que através do PI CAPACITA realiza a programação e convocação para os cursos.

Não houve plano demissional no âmbito da SFA/ES, e nem contratação de terceirizados para atuarem na área meio.

A política remuneratória praticada pelo Governo Federal está muito distante das necessidades básicas dos servidores, pois além de existir grande diferença remuneratória entre os Poderes, onde as mesmas categorias funcionais sofrem uma grande distorção na sua remuneração, além disso, os acordos firmados

entre servidores e governo não vem sendo cumpridos, gerando assim insatisfação e desânimo entre as várias categorias.

A falta de servidores administrativos suficiente para suprir a demanda da Unidade, não foi compensada com contratos de terceirização. Apesar deste fator negativo, a Administração não mediu esforços para o atingimento das metas propostas para 2009.

4. Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos –

Não se aplica.

5. Inscrições De Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	-			
2008	66.635,13	119.099,06	13.321,06	2.697,00
2007	19.941,60	3.153,01	16.788,59	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	686.874,48			
2008	846.636,50	119.099,06	658.205,31	69.332,13
2007	19.941,60	3.153,01	16.788,59	-

Observações: Em 2009 a Administração implementou uma sistemática de controle nos processos administrativos, objetivando a melhoria no desempenho dos resultados, propiciando dessa forma maior agilidade nos processos de contratações de serviços e compras, permitindo assim que os pagamentos sejam feitos antes do final do exercício.

Os valores correspondentes inscritos em Restos a Pagar não Processados em 2009, ocorreram em razão intempestividade na descentralização de créditos orçamentários e conseqüentemente da solicitação emanada da área técnica, provocando novas instruções nos processos que se encontravam em andamento. Outro que contribuiu para a inscrição de Restos a Pagar no exercício, foi a falta de domínio da legislação dos servidores envolvidos que culminou na necessidade de retificações de alguns processos, após a análise do Núcleo de Assessoramento Jurídico – NAJ/AGU.

A permanência de Restos a Pagar a mais de um exercício financeiro, decorreu em função de falta de cumprimento contratual tendo esta Administração, por precaução e em defesa da gestão pública, suspenso os pagamentos, aplicando as penalidades permitidas em lei e aguardando a solução definitiva nas pendências apresentadas para posterior pagamento.

6. Informações Sobre Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício de 2009.

Não houve transferência de recursos no exercício de 2009

7. PREVIDENCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA –

Não houve

8. DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS –

Não houve

9. RENUNCIAS TRIBUTARIAS –

Não houve

10. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO-SOCIO ECONOMICO DAS

OPERAÇÕES DE FUNDOS. - **Não se aplica a unidade**

11 A. RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

1- Numero do Relatório de Auditoria: 208362

2- Descrição da Recomendação 01:

2.1 Recomendação: *Que a Unidade adote tempestivamente as medidas necessárias à devolução de valores indevidamente pagos e à apuração da responsabilidade de quem deu causa ao fato.*

2.2 Setor Responsável: *Setor de Recursos Humanos - SRH/SFA-ES*

2.3 Providencias Adotadas(ou justificativas para o caso de não cumprimento) –

Foram emitidas, pela Seção de Recursos Humanos, as Guias de Recolhimento referentes aos recolhimentos a serem feitos pelos ex-contratados (terceirizados), em razão do pagamento de adicional de insalubridade pago a maior. As Guias foram enviadas por AR ao endereço que constava nas respectivas fichas.

Ocorre que não foram efetuados os recolhimentos e os ex-contratados não foram mais localizados por não residirem no Estado do Espírito Santo.

Em razão da dificuldade em sanar esta questão, encaminhamos Ofício de nº 79/2010 à Procuradoria da Fazenda Nacional, solicitando a adoção de medidas que possibilitem o ressarcimento dos valores à União.

Através do processo 21018.002164/2008-18 foi instaurada Comissão de Sindicância para apuração de Responsabilidades cujo relatório foi encaminhado ao NAJ/AGU/ES, e determinado pelo Superintendente a aplicação da pena de ADVERTENCIA a servidora responsável pelo setor de pagamento desta SFA.

3- Descrição da Recomendação 03:

3.1 Recomendação: *Que a Unidade adote cláusulas eficazes e perfeitamente exeqüíveis nos seus contratos a fim de que as mesmas possam ser respeitadas e devidamente fiscalizadas, principalmente no que diz respeito aos pagamentos efetuados, sob pena de responsabilidade do ordenador de despesas pelos prejuízos porventura verificados.*

3.2 Setor Responsável: *Setor de Atividades Gerais – SAG/SFA-ES*

3.3 Providencias Adotadas(ou justificativas para o caso de não cumprimento) –

Os contratos de reparação automotiva são regulados pela tabela Audatex modelo este devidamente aprovado pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico, que nos permite verificar os preços praticados nos serviços, peças e hora homem quando da realização da manutenção mecânica na frota oficial desta Unidade.

4- Descrição da Recomendação 04:

4.1 Recomendação: *Reiteramos a recomendação para que a Unidade promova a mensuração econômica do Convênio a fim de possibilitar a verificação dos valores da contrapartida efetivamente apropriados e que se abstenha de firmar convênios nos quais não haja a possibilidade de mensuração da contrapartida conforme o estabelecido no artigo 2º, § 2º, da Instrução Normativa STN nº 01/1997, de 15/01/1997.*

4.2 Setor Responsável: *Secretaria de Defesa Agropecuária – SEDESA/DT/SFA-ES*

4.3 Providências Adotadas(ou justificativas para o caso de não cumprimento)

Foi apresentado a comprovação da utilização da contrapartida feita pelo IDAF no convenio 33/2005 da área animal., informando o IDAF detinha em 2006/2007 o efetivo de 27(vinte e sete) médicos veterinários contratados com designação temporária para realizar as atividades de erradicação de Febre Aftosa, previstas nas metas pactuadas no convenio em comento. Com a assinatura do 2º Termo Aditivo, de Prevenção e Controle da Influenza Aviária e do Controle da Doença de New Castle, foram deslocados 4 (quatro) médicos veterinários para atender a esta nova demanda. A remuneração mensal pago a cada contratado foi de R\$1.323,55 (um mil trezentos e vinte e três reais, vinte e cinco centavos) incluindo o 13º salário. Os contratos com os médicos veterinários foram encerrados em 28/12/2007.

11B. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO AS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Esp. Santo – SFA-ES					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	023.748/2008-9	836/2010			OFICIO Nº 852/2010 TCU/SECEX-ES
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Esp. Santo – SFA-ES					14
Descrição da Deliberação:					
Determinar a SFA-ES que: a) Providencie com vistas à apuração de responsabilidade pelo pagamento irregular a título de Adicional de Insalubridade, conforme descrito no item 1.1.1.1 do anexo I do Relatório de Auditoria CGU nº 189387, de 15/03/2007, informando no Relatório de Gestão das próximas contas os resultados alcançados; e b) cláusulas eficazes e perfeitamente exequíveis nos seus contratos, a fim de que as mesmas possam ser respeitadas e devidamente fiscalizadas, principalmente no que diz respeito aos pagamentos efetuados.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor de Recursos Humanos – SRH/SAD/SFA-ES					14
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
a) Portaria nº 77 de 24/03/2008 - Instauração de Sindicância para apuração responsabilidade pelo pagamento irregular de Adicional de Insalubridade. b) Observação de cláusulas contratuais exequíveis nos novos contratos					
Síntese dos resultados obtidos					
a) Foram emitidas, pela Seção de Recursos Humanos, as Guias de Recolhimento referentes aos recolhimentos a serem feitos pelos ex-contratados (terceirizados), em razão do pagamento de adicional de insalubridade pago a maior. As Guias foram enviadas por AR ao endereço que constava nas respectivas fichas. Ocorre que não foram efetuados os recolhimentos e os ex-contratados não foram mais localizados por não residirem no Estado do Espírito Santo. Em razão da dificuldade em sanar esta questão, está sendo enviado Ofício à Procuradoria da Fazenda Nacional, solicitando a adoção de medidas que possibilitem o ressarcimento dos valores à União. Através do processo 21018.002164/2008-18 foi instaurada Comissão de Sindicância para apuração de Responsabilidades cujo relatório foi encaminhado ao NAJ/AGU/ES, e determinado pelo Superintendente a aplicação da pena de ADVERTENCIA a servidora responsável pelo setor de pagamento desta SFA. b) Os processos de contratação de prestação de serviços foram revistos, incluindo-se nos mesmos as correções necessárias					

que propiciem o seu cumprimento.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A falta de conhecimento e de um apoio logístico dentro da Unidade relacionado a área jurídica, é um dos fatores que torna vulnerável algumas decisões, que deveriam ser tomadas pelo tempestivamente pelo gestor como forma de não permitir atos como os acima elencados, sejam evitados.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Esp. Santo – SFA-ES					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
		6687/2009	I		OFICIO Nº 886/2009 TCU/SECEX-ES
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Esp. Santo – SFA-ES					14
Descrição da Deliberação:					
Determinar a SFA-ES que: a) ultime as providências, caso ainda se faça necessário, visando ao ressarcimento dos valores indevidamente pagos a título de adicional de insalubridade aos funcionários públicos temporários de matrículas nº 1476533, 1476558, 1476565, 1476569 e 1477055, bem como ao servidor de matrícula nº 000447; b) promova a apuração de responsabilidade pelo preenchimento de formulários de auxílio transporte com dados inconsistentes em relação ao trajeto efetivamente praticado, em vista das ocorrências indicadas no subitem 1.1.2.1 do Anexo I do Relatório de Auditoria de Gestão CGU/ES nº 189387; c) exija que as renúncias, ainda que parciais, ao recebimento de diárias sejam adequadamente formalizadas pelos renunciantes, em documento próprio; d) adote as medidas que se fizerem necessárias visando a assegurar, por ocasião da realização de pagamentos, notadamente os relativos a serviços de reparação automotiva, que eventuais descontos previstos contratualmente sejam efetivamente considerados. e) promova a mensuração econômica de convênios celebrados com recursos federal, a fim de possibilitar a verificação dos valores da contrapartida efetivamente apropriados mediante recursos financeiros, bens ou serviços, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, parágrafo 2º da IN/STN nº 01/97; e f) faça constar do próximo Relatório Anual de Gestão informação a respeito das providências adotadas com vistas ao cumprimento das determinações de que tratam as alíneas “a” e “b” supra.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor de Recursos Humanos – SRH/SAD/SFA-ES					14
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
a) Em agosto de 2007, foram encaminhadas através de Ofícios nº 55;56;57;58 e 59 do SRH/SFA-ES, as GRUs para os recolhimentos dos valores recebidos indevidamente, não havendo nenhuma manifestação por parte dos servidores temporários em questão. O SRH/SFA-ES manteve contatos Telefônicos com os destinatários dos Ofícios alertando aos mesmo sobre a obrigatoriedade do recolhimento, sem obter êxito. b) Os valores recebidos a maior foram devolvidos ao erário conforme fichas financeiras que se encontram em seus assentamentos funcionais; c) Já providenciado d) Os contratos de reparação automotiva são regulados pela tabela Audatex modelo este devidamente aprovado pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico, que nos permite verificar os preços praticados nos serviços, peças e hora homem quando da realização da manutenção mecânica na frota oficial desta Unidade. e) Foi apresentado a comprovação da utilização da contrapartida feita pelo IDAF no convenio 33/2005 da área animal., informando o IDAF detinha em 2006/2007 o efetivo de 27(vinte e sete) médicos veterinários contratados com designação temporária para realizar as atividades de erradicação de Febre Aftosa, previstas nas metas pactuadas no					

convenio em comento.

Com a assinatura do 2º Termo Aditivo, de Prevenção e Controle da Influeza Aviaria e do Controle da Doença de New Castle, foram deslocados 4 (quatro) médicos veterinários para atender a esta nova demanda. A remuneração mensal pago a cada contratado foi de R\$1.323,55 (um mil trezentos e vinte e três reais, vinte e cinco centavos) incluindo o 13º salário. Os contratos com os médicos veterinários foram encerrados em 28/12/2007.

f) Providenciado

Síntese dos resultados obtidos

a) até a presente data não foram realizados os referidos recolhimentos. Esta Unidade encaminhou Ofício à Procuradoria da Fazenda Nacional, para as providências quanto a cobrança dos valores devidos, inclusive, a inclusão dos mesmos no cadastro de Dívida Ativa da União.

b) Providenciado

c) Providenciado

d) Providenciado

e) Providenciado

f) Providenciado

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A falta de conhecimento e de um apoio logístico dentro da Unidade relacionado a área jurídica, é um dos fatores que torna vulnerável algumas decisões, que deveriam ser tomadas pelo tempestivamente pelo gestor como forma de não permitir atos como os acima elencados, sejam evitados.

12 – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC Quantidade
Admissão	09	09
Desligamento	00	00
Aposentadoria	02	01
Pensão	08	08

ATOS DE ADMISSÃO:

- Foram admitidos 09 servidores anistiados do antigo BNCC
- Atos de admissão e registro no SISAC realizados pela CGRH/MAPA/DF

ATOS DE DESLIGAMENTO:

- Não houve desligamento na SFA-ES

ATOS DE APOSENTADORIA:

- Processo 21018.002348/2009-69 – Andressa Borges de Lima Oliveira, encaminhado à CGU/ES em 16/06/200.
- Processo 21018.003574/2005-33 – Antonio Alves – julgado pelo TCU com retorno às atividades.
- Processo 21018.2994/2009-26 – Antonio Alves, ainda não encaminhado à CGU/ES

ATOS DE PENSÃO:

- Processo 21018.7939/2008-41: encaminhado para CGU/ES em 17/02/2009
Instituidor: Joaquim de Rezende
Pensionista: Carmelita de Oliveira Rezende
- Processo 21018.0007000/2009-21: encaminhado para CGU/ES em 09/04/2009
Instituidor: Firmino Braga
Pensionista: Alzira de Amorim Braga
- Processo 21018.002885//2009-17: encaminhado para CGU/ES em 13/11/2009
Instituidor: Antonio Nunes da Costa
Pensionista: Messias Alcântara dos Santos

- Processo 21018.003790/2009-11: encaminhado para CGU/ES em 12/11/2009
Instituidor: Valter Gouvêa
Pensionista: Zilah Amorim Gouvêa
- Processo 21018.004026/2009-54: encaminhado para CGU/ES em 30/11/2009
Instituidor: Arlindo Nascimento
Pensionista: Margarida Baptista Nascimento
- Processo 21018.003941/2009-22: encaminhado para CGU/ES em 30/11/2009
Instituidor: Renato José Bortolini
Pensionista: Osilia da Penha Colombo Bortolini
- Processo 21018.003945/2009-19: encaminhado para CGU/ES em 04/12/2009
Instituidor: Antonio Carlos Damasceno
Pensionistas: Maria Evanes da Cruz Damasceno e Ivana Cruz Damasceno
- Processo 21018.004508/2009-12: encaminhado para CGU/ES em 04/01/2010
Instituidor: Aflordízio Moreira da Victoria
Pensionista: Edir Maria Caetano da Victoria

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Declaração que as informações sobre contratos estão atualizadas no SIASG



Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA
Superintendência Federal de Agricultura/ES
Serviço de Apoio Administração – SAD
Seção de Serviços Gerais – SAG



DECLARAÇÃO

Sra. Chefe da SPA/SFA/ES,

Peça Presente, declaramos que todos os contratos vigentes na SFA/ES, encontram-se cadastrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o estabelecido no Art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Vitória/ES, 24 de março de 2010.


João Carlos Teixeira
Chefe do SAD/SFA/ES – Substituto

Declaração que as informações no SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário



DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a atualização das informações do Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de parceria – SICONV, é feita pelo Gestor desse programa que é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, em Brasília, enquanto que a atualização das informações sobre os contratos de repasse celebrados é realizada pela Caixa Econômica Federal, por força de Contrato de Prestação de Serviços que tem por objetivo a operacionalização e acompanhamento de projetos agropecuários, com recursos consignados no Orçamento Geral da União.

O perfil de acesso ao SICONV concedido aos servidores pelo Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG-ES é limitado à consulta e emissão de parecer nas propostas de contratos de repasse.

Vitória, 25 de março de 2010.

Antonio Alfredo Gusella
Chefe do SEPDAG/DT/SFA-ES

14 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.

Em razão da recente criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, os recursos descentralizados para esta Unidade (130060) no PI GAPPESQ, no valor de R\$ 128.080,52 (cento e vinte oito mil e oitenta reais e cinquenta e dois centavos), foram destinados a suprir as necessidades da Superintendência da Pesca e Aquicultura no Espírito Santo, para o desenvolvimento de suas ações no Estado (vide anexo I PI GAPPESQ), que não possui ainda na sua estrutura o perfil de Unidade Gestora Executora no SIAFI, que por determinação superior o MAPA presta apoio nas execuções dos processos administrativos.

15 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.

A Contabilidade é executada pela coordenação orçamentária e financeira – COF/SE/MAPA.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO PLENA

Código da Unidade Gestora:	130060
Nome da Unidade Gestora:	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SFA/ES
CNPJ:	00.396.895/0025-00

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas do Exercício de 2009.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2009.


Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

SUP. ED. 488/2010-2010/06/18
 011 0010-2010/05/2010-20



SUP. ED. 488/2010-2010/06/18

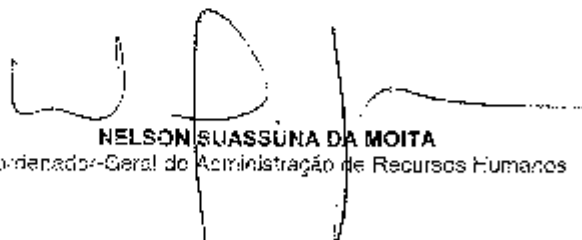
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Secretaria Executiva
 5. Secretaria do Planejamento, Organização e Administração
 Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arquivados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto no Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art. 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ José Calazans dos Santos e
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araújo.

Brasília, 22 de janeiro de 2010.


NELSON SUASSUNA DA MOITA
 Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos

CONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
 Coordenação de Contabilidade
 CRC-00824/T-8 GC
 CONTABILIDADE/SEMPA

16.- CONTEUDO ESPECIFICO POR UNIDADE

Não se aplica

Este é o Relatório.

VITORIA-ES 30/03/2010

JOSE ARNALDO DE ALENCAR

Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária
e Abastecimento no Espírito Santo – SFA-ES

ANEXOS

ANEXO I

Desempenho Orçamentário e Financeiro

2009

PI	E D	RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
ADM SEDE	339014	540,00	540,00	429,43	429,43
	339033	1.200,00	1.200,00	1.200,00	-
		1.740,00	1.740,00	1.629,43	429,43
AGE	339014	9.520,00	9.520,05	9.283,62	9.283,62
	339030	305,76	305,76	-	-
	339033	7.695,94	7.695,94	7.695,94	6.735,77
		17.521,70	17.521,75	16.979,56	16.019,39
CAPACITA	339014	9.720,47	9.720,47	9.132,67	9.132,67
	339033	9.737,24	9.737,24	9.737,24	9.427,87
	339030	800,00	800,00	631,70	-
	339039	2.000,00	2.000,00		
		22.257,71	22.257,71	19.501,61	18.560,54
GAPESQ	339014	34.970,90	8.252,27	8.252,27	14.805,96
	339030	36.202,90	36.202,90	36.202,90	20.458,14
	339033	18.512,50	8.207,85	8.207,85	3.828,94
	339036	4.765,00	1.069,78	1.069,78	1.069,78
	339037	7.980,00	7.980,00	7.980,00	-
	339039	25.261,49	25.260,49	25.260,49	19.482,16
	339047	387,73	387,73	387,73	387,73
		128.080,52	87.361,02	87.361,02	60.033,19
MANUTSFA	339014	38.793,97	38.793,97	38.724,32	38.724,32
	339030	13.855,79	13.855,79	13.855,44	12.055,00
	339033	18.506,07	18.506,07	18.506,07	18.506,07
	339037	132.365,00	132.365,00	132.365,00	108.079,26
	339039	712.790,71	711.452,01	711.452,01	685.817,22
	339047	625,81	625,81	625,81	625,81
	339092	17.872,14	15.437,75	15.437,75	15.231,25
	339093	8.938,11	8.938,11	8.938,11	-
	339139	17.590,39	17.590,39	17.590,39	15.427,96
	449052	100.000,00	100.000,00	99.923,75	
		1.061.337,99	1.057.564,90	1.057.418,65	894.466,89
ESENORG	339014	2.945,94	2.945,94	2.945,94	2.945,94

	339030	200,00	200,00	200,00	174,12
	339039	500,00	500,00		
		3.645,94	3.645,94	3.145,94	3.120,06
APOIOPEC	449052	33.125,00	33.125,00	33.125,00	-
		33.125,00	33.125,00	33.125,00	-
AAPRODUTOR	339014	854,06	854,06	82,78	82,78
		854,06	854,06	82,78	82,78
CETORGAN	339014	1.704,87	1.704,87	1.704,87	1.704,87
	339033	1.522,56	1.522,56	1.522,56	1.522,56
		3.227,43	3.227,43	3.227,43	3.227,43
APOIAGRIC	339014	542,94	542,94	542,94	542,94
	339033	899,00	899,00	899,00	813,12
	339036	395,00	395,90	395,90	395,90
		1.836,94	1.837,84	1.837,84	1.751,96
GAPSDC	339014	239,39	239,39	239,39	239,39
	339033	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.277,35
		1.839,39	1.839,39	1.839,39	1.516,74
PROFENAC	339039	8.000,00	8.000,00	7.990,00	7.966,03
		8.000,00	8.000,00	7.990,00	7.966,03
FISCONTRATO	339014	5.293,80	4.556,00	4.556,00	4.556,00
	339030	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
	339039	1.500,00	1.500,00	1.500,00	90,00
		8.293,80	7.556,00	7.556,00	6.146,00
INDIGRAF	339014	3.112,99	3.112,99	3.112,99	3.112,99
	339033	3.220,41	3.220,41	3.220,41	3.158,31
	449052	13.349,00	12.903,40	12.903,40	
		19.682,40	19.236,80	19.236,80	6.271,30
FEBREAFTOS	339014	8.717,00	5.848,88	5.848,88	5.848,88
	339030	11.500,00	11.500,00	11.499,50	5.862,15
	339033	5.000,00	5.000,00	5.000,00	3.689,97
	339039	5.700,00	52,06	52,06	52,06
	339093	73,37	73,37	73,37	73,37
		30.990,37	22.474,31	22.473,81	15.526,43
VIGIFITO1	339014	3.408,12	3.462,12	2.890,56	2.890,56
	339030	4.100,00	4.100,00	3.410,22	3.410,22
	339033		-	-	-
	339039	3.700,00	240,00	240,00	240,00
	449052	6.000,00	6.000,00	5.440,00	-
		17.208,12	13.802,12	11.980,78	6.540,78
PCEANIMAL	339014	19.286,27	17.512,96	17.512,96	17.512,96
	339030	11.780,00	11.780,00	11.779,99	10.293,60
	339033	18.900,00	18.900,00	18.900,00	11.906,74
	339036	1.343,48	1.343,48	1.343,48	1.343,48

	339039	12.200,00	12.200,00	11.711,33	1.383,37
	449052	22.200,00	20.981,63	20.981,63	
		85.709,75	82.718,07	82.229,39	42.440,15
PCEVEGETAL	339014	12.284,42	10.655,81	10.498,42	10.498,42
	339030	5.500,00	5.342,61	5.342,61	3.447,61
	339033	7.380,00	7.380,00	7.380,00	4.150,88
	339036	596,50	596,50	596,50	596,50
	339039	5.000,00	1.472,64	1.472,64	-
	449052	6.000,00	6.000,00	5.931,00	-
		36.760,92	31.447,56	31.221,17	18.693,41
FISAGROTOX	339014	5.269,84	3.094,65	3.094,65	3.094,65
	339030	659,30	659,30	655,69	655,69
	339033	23.065,02	23.065,02	23.065,02	21.332,88
	339036	5.267,02	5.267,02	5.267,02	5.267,02
	449052	1.000,00	1.000,00	364,70	364,70
		35.261,18	33.085,99	32.447,08	30.714,94
FISCAGRIC	339014	1.000,00	1.000,00	711,50	711,50
	339030	300,00	300,00	300,00	300,00
	339033				
		1.300,00	1.300,00	1.011,50	1.011,50
FISCALSEM	339014	35.501,15	33.886,00	33.886,00	33.886,00
	339030	35.805,46	35.805,46	35.805,46	16.074,72
	339033	15.942,72	15.942,72	15.942,72	13.995,09
	339036	-	-	-	-
	339039	6.700,00	6.700,00	6.700,00	1.725,17
	449052	13.500,00	12.451,62	12.451,62	-
		107.449,33	104.785,80	104.785,80	65.680,98
	339014	7.265,88	6.332,83	6.164,37	6.164,37
FISCINAN	339030	1.690,00	1.690,00	1.689,32	1.689,32
		8.955,88	8.022,83	7.853,69	7.853,69
FISCGENE	339014	1.643,16	1.643,16	1.298,94	1.298,94
	339030	230,00	230,00	230,00	230,00
	339033	1.000,00	1.000,00	1.000,00	788,95
		2.873,16	2.873,16	2.528,94	2.317,89
FISFECOI	339014	23.629,84	18.953,84	18.953,84	18.953,84
	339030	4.800,16	4.800,16	4.800,16	4.800,16
	339033	20.090,00	20.090,00	20.090,00	14.843,52
	339039	2.400,00	2.400,00	2.399,66	634,66
	339093	244,83	244,83	244,83	244,83

	449052	45.000,00	45.000,00	44.174,00	-
		96.164,83	91.488,83	90.662,49	39.477,01
FISPROVET	339014	1.030,80	1.030,80	481,08	481,08
	339030	140,00	140,00	140,00	140,00
	339033				
		1.170,80	1.170,80	621,08	621,08
FISCPLANTA2	339014	9.132,00	9.132,00	8.757,07	8.757,07
	339030	21.418,00	21.418,00	21.173,29	21.173,29
	339033	8.000,00	8.000,00	8.000,00	6.256,70
	339039	19.900,00	13.568,43	13.568,43	13.361,22
	449052				
		58.450,00	52.118,43	51.498,79	49.548,28
FISCANIMAL	339014	5.400,00	5.400,00	5.108,53	5.108,53
	339030	15.550,00	15.550,00	15.549,20	14.202,33
	339033	3.000,00	3.000,00	3.000,00	2.208,04
	339039	600,00	600,00		
	449052	3.000,00	3.000,00	2.234,00	-
		27.550,00	27.550,00	25.891,73	21.518,90
INSPANIMAL	339014	56.121,00	54.426,01	54.426,01	54.426,01
	339030	15.000,00	15.000,00	15.000,00	9.129,40
	339033	14.000,00	14.000,00	14.000,00	12.958,71
	339039	4.600,00	4.600,00	4.555,75	4.555,75
	449052	80.000,00	80.000,00	79.658,30	38.590,00
		169.721,00	168.026,01	167.640,06	119.659,87
PADCLASSIF	339014	10.891,20	10.877,88	10.670,02	10.670,02
	339030	3.022,35	2.212,35	2.212,35	2.201,76
	339033	6.500,00	6.500,00	6.500,00	4.921,59
	339039	156.550,91	156.550,91	156.550,91	156.550,91
		176.964,46	176.141,14	175.933,28	174.344,28
IPVEGETAL	339014	20.312,59	20.312,59	20.217,31	20.217,31
	339030	19.109,27	19.109,27	19.102,00	10.513,03
	339033	6.512,73	6.512,73	6.512,73	6.267,11
	339039	2.374,19	400,15	400,15	400,15
	449052	13.550,00	13.550,00	13.454,18	1.094,04
		61.858,78	59.884,74	59.686,37	38.491,64
RESIDUO	339014	6.813,27	5.255,04	5.255,04	5.255,04

	339033	3.961,16	3.961,16	3.961,16	3.619,34
		10.774,43	9.216,20	9.216,20	8.874,38
FISCORGEN	339014	900,00	614,56	614,56	614,56
	339033	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.108,19
		2.100,00	1.814,56	1.814,56	1.722,75
RASTREAB	339014	14.473,50	12.896,45	12.896,45	12.896,45
	339030	8.380,00	8.380,00	8.380,00	3.536,88
	339033	10.700,00	10.700,00	10.700,00	8.025,80
	339036	5.933,98	3.796,03	3.796,03	3.796,03
	339039	2.000,00	-		
		41.487,48	35.772,48	35.772,48	28.255,16
INATPEN	319008	35.495,42	35.495,42	35.495,42	35.495,42
		35.495,42	35.495,42	35.495,42	35.495,42
		2.319.688,79	2.224.956,29	2.211.696,07	1.728.380,28

Fonte SIAFI e SIOR

ANEXO II

TABELA 1 - Fiscalização de Sementes e Mudas - FISCALSEM

	ATIVIDADES		UNID	TOTAL EXECUTADO	TOTAL PROGRAMADO
INSCRIÇÃO/CREDENCIAMENTO NO RENASEM	PRODUTOR DE SEMENTES		nº	2	
	PRODUTOR DE MUDAS		nº	61	
	RESPONSÁVEL TÉCNICO		nº	32	
	COMERCIANTE DE SEMENTES		nº	30	
	COMERCIANTE DE MUDAS		nº	7	
	VISTORIA PRÉVIA - RENASEM		nº	75	
	TOTAL		nº	132	0
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO	PRODUTOR	DE SEMENTES	nº	8	15
		DE MUDAS	nº	533	491
	COMERCIANTE	DE SEMENTES	nº	119	163
		DE MUDAS	nº	8	7
	USUÁRIO DE MUDAS		nº	1	
Total Fiscalização de Estabelecimento (entidades)			nº	669	676
COLETA DE AMOSTRAS DE SEMENTES	DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO		nº	13	84
			t	17,465	113,2
TOTAL DE COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES	(Fiscalização de Produtos/amostras)		nº	13	84
TOTAL DE COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES	(Fiscalização de Produtos/Representatividade)		t	17,465	113,2
RESULTADO DAS ANÁLISES DE SEMENTES	AMOSTRA FISCAL DO COMÉRCIO DENTRO DO PADRÃO		nº	14	
			t	29,64	
	AMOSTRA FISCAL DO COMÉRCIO FORA DO PADRÃO		nº	10	
			t	7,08	
	TOTAL DE AMOSTRAS FISCAIS DENTRO DO PADRÃO		nº	14	
			t	29,64	
	TOTAL DE AMOSTRAS FISCAIS FORA DO PADRÃO		nº	10	
			t	7,08	
FISCALIZAÇÃO DE CAMPO	BÁSICA		nº	0	3
			HA	0,00	42
	SEMENTE S1		nº	35	5
			HA	53,66	18
	SEMENTE S2		nº	4	
			HA	2,00	
	TOTAL SEMENTES		nº	39	8
	TOTAL SEMENTES		HA	55,66	60
FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (Cap. XII Dec. 5.153/04) , VIVEIROS E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO IN VITRO	PLANTA BÁSICA		nº	36	3
			UNID	1604	300
	PLANTA MATRIZ		nº	181	
			UND	40666	
	JARDIM CLONAL		nº	48	104

			UND	413018	18500
	CAMPO DE PLANTA SEM ORIGEM GENÉTICA COMPROVADA		nº	16	
			UND	117550	
	MUDA		nº	540	491
			UND	59649064	70400000
	TOTAL		nº	821	598
	TOTAL		UND	60221902	70418800
TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS			nº	1543	1366
TERMOS DE FISCALIZAÇÃO EMITIDOS			nº	760	
AUTOS DE INFRAÇÃO EMITIDOS			nº	15	
MEDIDAS CAUTELARES	SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES		Nº DE TERMOS	1	
			Nº de lotes	1	
			t	0,50	
TERMOS DE LIBERAÇÃO EMITIDOS			nº	1	
			t (sem)	0,50	
			UND (mudas)	0	
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS		1ª INSTÂNCIA PROCEDENTE	nº	11	
		1ª INSTÂNCIA IMPROCEDENTE	nº	2	
PENALIDADES APLICADAS	MULTA APLICADA		nº	10	
TAXAS E MULTAS	RENASEM -INCLUSÃO, ALTERAÇÃO E RENOVAÇÃO		R\$	20.575,00	
	INSCRIÇÃO DE CAMPOS DE SEMENTES		R\$	51,50	
	INSCRIÇÃO DE VIVEIROS/MATRIZES		R\$	7.700,00	
	MULTAS APLICADAS		R\$	18.846,23	
	MULTAS RECOLHIDAS		R\$	2.000,00	
OUTRAS AÇÕES	AUTORIZAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE SEMENTES		nº	2	
			t	0,80	
			R\$	27.601,20	
	AUTORIZAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE MUDAS		nº	7	
			Nº DE MUDAS	4146	
			R\$	51.746,70	
	EVENTOS REALIZADOS		nº	2	
	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS		nº	12	
PALESTRAS PROFERIDAS		nº	5		
HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO	CAMPOS DE SEMENTES		nº (de campos)	11	
			ha	10,00	
	VIVEIROS DE MUDAS		nº(de viveiros)	40	
			Nº DE MUDAS	77004014	

	PLANTA BÁSICA, MATRIZ, JARDIM CLONAL, BORBULHEIRA	n°	68	
		Nº DE MUDAS	442.803	
	TOTAL DE HOMOLOGAÇÕES	n°	119	
	TOTAL DE HOMOLOGAÇÕES	ha	10,00	
	TOTAL DE HOMOLOGAÇÕES	Nº DE MUDAS	774.468,17	

Tabela 2 – Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes - FISFECOI

META	Executor	Unidade	METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		Variação do %
			FISICA	FINANCEIRA	FISICA	FINANCEIRA	
Fiscalização em Estabelecimento Produtor de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes	SEFAG	fiscalizações	123		129		104,8
Fiscalização em Estabelecimento Importador		fiscalizações			0		0
Fiscalização em Estabelecimentos Comerciais		fiscalizações	82		111		135,3
Fiscalização em Produtos		fiscalizações	550		581		105,6
Termo de Fiscalização Emitido			0		230		-
Termo de Intimação Emitido			0		0		-
Colheita de Amostras fertilizante mineral simples/complexo		tonelada	1436		599,78		41,7
Colheita de Amostras fertilizante mineral misto		tonelada	10.050		12.465,06		124
Colheita de Amostras fertilizante organico/organicomineral/ biofertilizante solido		tonelada	300		235		78,83
Colheita de Amostras fertilizante organico/organicomineral/biofertilizante liquido		1000L	2		7,125		356
Colheita de Amostras de corretivo		numero	32		34		106,2
		tonelada	1300		2.953,6		227,2
Mineral Misto Apreendido		tonelada	-		78		
Auto de Infração Emitido		Nº	-		166		
Multa Aplicada		Nº	-		149		
Multa Aplicada		R\$ 1.000,00	-		667,62		
Resultado Analise Físicas de Mineral Simples/complexo Dentro da Garantia		tonelada	-		797,955		
Resultado Analise Físicas de Mineral Misto Dentro da Garantia		tonelada	-		7.197,75		
Resultado Analise Físicas de Fertilizante mineral liquido Dentro da Garantia		1000l	-		5.875		
Resultado Analise Físicas de Corretivo Dentro da Garantia		tonelada	-		2.189,95		

Tabela 3 – Fiscalização de Agrotóxicos Afins – PI - FISAGROTOX

Ação	Produto	METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS	
		FISICA	FINANCEIRA	FISICA	FINANCEIRA
Fiscalização de Agrotóxicos - Nacional	Fiscalização de empresas credenciadas pelo SFA-ES	13	2.109,24	8	2.109,24
Fiscalização de Tratamento fitossanitário com fins quarentenários no transito internacional	Fiscalização de tratamento fitossanitário das empresas credenciadas no comércio internacional de vegetais, seus produtos e embalagens de madeira.	Demanda		-	
Emissão de auto de infração	Autuação em Processo Administrativo de Fiscalização - PAF	Demanda		02	
Credenciamento de empresas prestadoras de serviço, para realização de tratamento fitossanitário no comércio internacional de vegetais, seus produtos e embalagens de madeira	Vistoria de empresa e análise de processo de credenciamento	Demanda		02	
Instrução de Processo Administrativo de Fiscalização - PAF	Relato e Instrução de PAF	Demanda		02	